



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS APLICADAS E EDUCAÇÃO- CCAE
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CAMPUS IV LITORAL NORTE
CURSO DE ANTROPOLOGIA**

VIVIANE MARITNS RIBEIRO

**UM OLHAR ETNOGRÁFICO SOBRE O CENTRO DE EDUCAÇÃO
PRODUTIVA – PINDOBAL**

VIVIANE MARITNS RIBEIRO

RIO TINTO-PB

2017

VIVIANE MARITNS RIBEIRO

**UM OLHAR ETNOGRÁFICO SOBRE O CENTRO DE EDUCAÇÃO
PRODUTIVA – PINDOBAL**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à
Coordenação do Curso de Bacharelado em
Antropologia da Universidade Federal da Paraíba
como requisito parcial para obtenção do grau de
Bacharel em Antropologia. Orientadora Prof^a Dr^a
Alessa Cristina P. de Souza.

RIO TINTO – PB

2017

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

R484o Ribeiro, Viviane Martins.

Um olhar etnográfico sobre o centro de educação
produtiva -pindobal / Viviane Martins Ribeiro. - Rio
Tinto, 2017.

63 f.

Orientação: Prof^a Dr^a Alessa Cristina P de Souza.
Monografia (Graduação) - UFPB/CCAEE.

1. Crianças e Adolescentes. 2. Centro de Educação
Produtiva - Pindobal. 3. Situação de risco e
Vulnerabilidade Social. I. Souza, Prof^a Dr^a Alessa
Cristina P de. II. Título.

UFPB/BC

VIVIANE MARITNS RIBEIRO

**UM OLHAR ETNOGRÁFICO SOBRE A UNIDADE DE INTERNAÇÃO
DO CENTRO DE EDUCAÇÃO PRODUTIVA – PINDOBAL**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à
Coordenação do Curso de Bacharelado em
Antropologia da Universidade Federal da Paraíba
como requisito parcial para obtenção do grau de
Bacharel em Antropologia. Orientadora Prof^a Dr^a
Alessa Cristina P. de Souza.

Aprovada em: ____ / ____ / ____.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Alessa Cristina P. de Souza - UFPB
Orientadora

Prof. Dr. Marco Aurélio Paz Tella - UFPB
Prof^o Examinador

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu criador que se não fosse por ele ter dado vida ao mundo e a todas as coisas belas desse planeta eu não existiria. Por ter guiado minhas mãos para preparar este trabalho e meus ouvidos para que escutasse com clareza a voz dos meus informantes.

A minha família, principalmente os meus pais, Antônio Gomes e Luzinete Martins, por ter me trazido a vida, especialmente a meu pai mesmo analfabeto, sempre incentivou para que eu e minha irmã estudássemos. A minha avó e mãe, a “famosa” Maria de Amélia e a minha prima-irmã Elizabete (Suelí) por ter estado próximo na minha infância. A minha terceira mãe de criação, Socorro Viana, por ter me acolhido na minha adolescência. As minhas irmãs, Vanessa e Virginia, por terem tido paciência de ouvir minhas primeiras tentativas de explicações antropológicas.

A amiga, e nova irmã integrante da família, Rosalândia Pessoa, por ter me incentivando a voltar a estudar depois de muito tempo sem frequentar as salas de aulas.

Aos meus professores de graduação em especial: Marco Aurélio - pela amizade que construímos; e, aos demais por terem compreendido o momento que enfrentei com a minha saúde: Alexandra Barbosa, Fabio Mura, João Martinho, Ruth Henrique, Pedro Guedes. A professora e orientadora Alessa Souza, que sempre se mostrou disposta a me atender, pela sua paciência e “dom de ensinar” que me fez aprender com tanta clareza as suas lições.

Não posso deixar de agradecer a FUNDAC - Fundação Desenvolvimento da Criança e do Adolescente “Alice de Almeida”, em especial a Dr. Rildo e todo o corpo técnico do CEP - Centro de Educação Produtiva – Pindobal, pelas valiosas informações, em especial aos internos pois se não fossem eles eu não tinha concretizado essa pesquisa.

A todos os amigos “sobreviventes de Antropologia” como costumamos falar: Mércia, Carla, Paulo, Luciana, Danilo, Laís, Junior, Ericka, Edinir e Almir pelas brincadeiras e preocupações que compartilhamos.

E por fim, agradeço a mim mesma, pois nem nos momentos de dificuldades me deixei abater, mesmo pensando em desistir, pedi força ao meu criador para combater meu maior inimigo: eu mesma.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E METODOLOGICA	14
1.1 Revisando a literatura	14
1.1.1 Definições dos termos: vulnerabilidade social e situação de risco	16
1.1.2 Categorias abordadas por Foucault e Goffman	17
1.1.3 Políticas públicas: solução ou problema? Questão jurídica ou social?	20
1.2 Metodologia	21
1.2.1 A abordagem da pesquisa	21
1.2.2 Dificuldades encontradas durante a realização da pesquisa	23
1.2.3 Fragmentos de um diário de campo	25
2. UM BREVE HISTORICO DA TRAJETÓRIA DO CENTRO DE EDUCAÇÃO PRODUTIVA-PINDOBAL	31
2.1 A Instituição como ela é hoje: Como se transformou ao longo do tempo	35
2.2 Porque e para quê surgiu? Com quais objetivos funciona hoje?	36
2.3 O perfil da Instituição hoje	38
3. OS PRINCIPAIS ATORES: “OS INTERNOS”	42
3.1 O perfil dos adolescentes atendidos	44
3.2 O dia, dia dos adolescentes dentro da instituição	47
3.3 Das relações sociais construídas na instituição	52
3.4 Breve relatos dos antigos internos	54
CONCLUSÃO	56
REFERÊNCIAS	58
ANEXOS	61
ANEXO 1- FICHA PARA COLETA DE DADOS DOS INTERNOS NO CEP	62

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

LISTA DE FOTOGRAFIAS:

Fotografia 1: Casa da esperança	26
Fotografia 2: Espaço cedido para pessoas residirem	27
Fotografia 3: Casarão antigo à esquerda; um dos primeiros abrigos da antiga instituição	27
Fotografia 4: Panorâmica da fachada do portão de entrada do Centro de Educação Produtiva – Pindobal (CEP)	29
Fotografia 5: Foto Antiga do Centro Agrícola (1933) Pindobal	31
Fotografia 6: Portão com a sigla da antiga denominação	34
Fotografia 7: Placa da reforma e ampliação da instituição em Agosto de 1994	34
Fotografia 8: Panorâmica de parte da área antiga “histórico” da instituição	37
Fotografia 9: Área de lazer e quadra poliesportiva	40
Fotografia 10: adolescentes em momento de lazer	47
Fotografia 11: Atividade na horta	49

LISTA DE GRÁFICOS:

Gráfico 1: Cidades de origem dos internos	43
Gráfico 2: Media de idade	44
Gráfico 3: Idade	45
Gráfico 4: Retorno a instituição	46
Gráfico 5: Escolaridade dos internos	50

LISTA DE TABELAS:

Tabela 1: Retorno a instituição	46
Tabela 2: Escolaridade	50

LISTA DE SIGLAS

BR – Batalhão Rodoviário

CEA - Centro Educacional do Adolescente

CEM - Centro Educacional do Menor

CEP - Centro de Educação Produtiva

CNPQ - Conselho Nacional de Pesquisa

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

FEBEMAA - Fundação Estadual do Bem-Estar no Menor Alice de Almeida

FUNDAC- Fundação Desenvolvimento da Criança e do Adolescente

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ONG - Organização Não Governamental

PB - Paraíba

PIVIC - Programa Institucional de Voluntários de Iniciação Científica

SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

TCC - Trabalho de Conclusão de Curso

UFPB - Universidade Federal da Paraíba

RESUMO

Esse trabalho é o resultado de uma pesquisa sobre um estudo de caso no Centro de Educação Produtiva – Pindobal, uma instituição que trabalha com adolescentes do sexo masculino que vivem em situação de risco e/ou vulnerabilidade social. Nessa pesquisa observei como funciona essa instituição; sua forma de organização e regras de funcionamento, tentando compreender a vivência dos adolescentes em Pindobal. Para melhor compreender esse lugar e seus atores, o estudo toma como fundamentação teórica os trabalhos de Foucault e Goffman, a partir dos conceitos de “instituições totais” e “instituições austeras”, bem como os conceitos sobre situação de risco e vulnerabilidade social. A metodologia utilizada foi de caráter qualitativo, com base na perspectiva etnográfica. As técnicas utilizadas foram a observação participante, a análise documental e relatos de histórias de vida. O trabalho configura-se como um apanhado geral sobre a instituição, observando sua história e a história de vida de internos e ex internos.

Palavras-chave: Crianças e Adolescentes, Centro de Educação Produtiva - Pindobal, Situação de Risco e Vulnerabilidade Social.

ABSTRACT

This work is a result of research pertaining to a case study at the Productive Educational Center-Pindobal, an institution which works with male adolescents who live in risky and/or vulnerable social situations. Based on this research I observed how this institution works; the way in which it is organized and the rules pertaining to its governance, while trying to comprehend the experiences of the adolescents in Pindobal. In order to better understand this place and its inhabitants, the study uses the works of Foucault and Goffman as its fundamental theory based on the concepts of “total institutions” and “austere institutions”, just as the concepts about risky and vulnerable social situations. The methodology utilized was of qualitative character, with basis from the ethnographic perspective. The techniques utilized were participant observation, documental analysis and reports of life history. This operation was configured as a general investigation about the institution, observing its history and the background information of its interns and ex-interns.

Key-words: Children and Adolescents, Productive Educational Center- Pindobal, Risky and Vulnerable Social Situations.

INTRODUÇÃO

O Brasil ainda não conseguiu solucionar um dos seus maiores desafios, vivenciado na sociedade, principalmente pelas classes populares: as desigualdades socioeconômicas entre as diferentes regiões do país, afetam os grupos mais vulneráveis. Essa realidade estabelece dificuldades que põe em risco a vida daqueles mais vulneráveis a esse quadro, as crianças e os adolescentes que se encontram em situação de risco e vulnerabilidade social. Neste contexto, podemos dizer que ainda há um grande desafio para o Brasil, efetivar uma política nacional com uma perspectiva mais humanizada para solucionar esses problemas.

Tenho observado, com grande frequência, os índices de descaso com crianças e adolescentes que a mídia traz à tona. Esse descaso se origina no processo de “produção e reprodução de desigualdade social” (BRASIL, 2010, p. 17). A implantação de medidas públicas adotadas pelo Governo brasileiro, como a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente e os avanços nas políticas públicas de intervenção aos problemas de risco, não conseguiram resolver, efetivamente, os problemas que afetam esse público.

Apesar de crianças e adolescentes brasileiros terem seus direitos assegurados nos marcos normativos do país, a realidade mostra que muitos ainda estão expostos a diversas formas de violação de direitos humanos, portanto com sua cidadania comprometida pelo silêncio e pela convivência de uma parte da sociedade, que ainda se omite (BRASIL, 2010, p.17).

Como sabemos, os direitos desse grupo são constantemente negados e ainda há um grande caminho pela frente para construirmos estratégias que solucionem esses problemas. Muitas barreiras precisam ser quebradas e muitas medidas preventivas precisam ser executadas. Enquanto isso, aqueles que mais sofrem são submetidos a conviverem em instituições de internação como os: abrigos, casas-lares, entidades de acolhimentos institucionais, entidades institucionais. As denominações variam, mas os objetivos para os quais esses espaços são construídos são bem parecidos: capacitar as crianças e os adolescentes para o mercado de trabalho torná-los “cidadãos de bem”, integrá-los ao ambiente familiar, torná-los visíveis diante da sociedade etc.

Por tudo isso a solução encontrada pelas famílias e órgãos competentes, são encaminha-los a esses espaços acreditando que ali eles possam ter uma chance de “reinserção social” para amenizar as consequências negativas vividas pelas crianças e adolescentes em situação de risco e/ou vulnerabilidade social, os quais estão sendo expostos a uma série de

fatores de risco como: o envolvimento com drogas, práticas de roubo, abandono familiar, agressões ocorridas dentro de casa, dentre outros.

Nesse contexto a presente pesquisa pretende realizar um estudo no Centro de Educação Produtiva – Pindobal, uma instituição que trabalha com medidas socioeducativas destinadas a adolescente do Vale do Mamanguape e cidades vizinhas.

Localizado na zona rural do Município de Mamanguape, região paraibana, busquei observar a vivência das crianças e adolescentes em Pindobal e compreender a que situação de riscos e de vulnerabilidade eles foram expostos para serem encaminhados a essa instituição, também marginalizada por aqueles que se omitem a entender essa realidade social.

Ou seja, nessa pesquisa busquei observar como funciona essa instituição, sua forma de organização e regras de funcionamento. Para isso, dialoguei com os jovens¹ tentando compreender aqueles que se encontram morando e cumprindo medidas socioeducativas no Centro de Educação Produtiva – Pindobal. Serão esses relatos que irão nortear esse trabalho.

A aproximação com o tema estudado surgiu através da minha participação em um projeto de pesquisa (PIVIC/CNPQ/UFPB) realizado entre os anos de 2010 e 2011 no CEA - Centro Educacional do Adolescente, localizado na cidade de João Pessoa, capital Paraibana, que atende adolescentes autores de ato infracional. A escolha pelo Centro de Educação Produtiva se deu a partir de um diálogo que tive com a orientadora do projeto a qual informou sobre a existência do CEP.

Quando fiquei sabendo da existência do CEP me veio à lembrança de quando era criança e ouvia muito uma frase dos adultos: “eu vou mandar você para Pindobal”, essa frase fez parte do cotidiano de muitas crianças, pois ela causava medo, como se Pindobal fosse um local de tortura e terror para crianças desobedientes. Diante de tudo isso a minha curiosidade foi aguçada. Fazendo esse recorte de memória, fui procurar informações sobre a sua localização e se ainda se encontrava funcionando.

Depois da procura, chegando à instituição e pesquisando sobre a sua história percebi que seria importante falar sobre esse lugar, pois quase não há informações sobre ele e sobre as várias mudanças e transformações que já aconteceram ali.

Nesse sentido, essa pesquisa visa mostrar como essa instituição trabalha com a diversidade de crianças e adolescentes que recebe e como eles se comportam com aquela

¹ Entendo a Juventude como uma condição construída histórica e socialmente. Nesse trabalho o termo jovem será usado, muitas vezes, para tratar as crianças e adolescentes de Pindobal.

nova realidade: de interno, de várias idades, cidades e regiões do Brasil, apresentado vários problemas sociais.

Focando o olhar na realidade daqueles que vivenciam de perto os acontecimentos vividos no dia a dia, pretendemos elucidar as contradições encontradas, tanto nos trabalhos já realizados sobre o CEP, como nos relatos dos informantes, com o intuito de compreender quais medidas socioeducativas são aplicadas a esse público. Apontando os diversos fatores e causas que levaram esses jovens ao CEP e avaliando o perfil dos mesmos, poderemos também discutir a perspectiva jurídica e social que rodeia essa temática.

Pretendo com isso oferecer uma contribuição para a compreensão dos acontecimentos neste universo e permitir que parte da sociedade, ainda leiga sobre esse tema, abra os olhos para esse problema, a crianças e os adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social, que acabam indo parar em instituições.

Esse trabalho está dividido em três sessões. Na primeira sessão eu trago um aporte teórico sobre o conceito de situação de risco e vulnerabilidade social, abordando diversas modalidades de desvantagens sociais e categorias que abordam o tema, bem como autores que discutem a temática como Foucault e Goffman em suas obras “Vigiar e Punir” e “Manicômios, Prisões e Conventos” a partir dos conceitos de “instituições totais” e “instituições austeras”. Nessa sessão, eu também explico o referencial metodológico, onde procurei me utilizar de conversas informais, em uma pesquisa qualitativa de cunho etnográfico, para explicar o fenômeno estudado, e da observação participante para favorecer a confiança, dando a contribuir com a amizade e o respeito que ofereci em todos os momentos da minha estada no campo.

Na segunda sessão eu apresento a instituição em seu contexto histórico, ressaltando suas várias denominações, mudanças de diretores (que sempre estiveram atreladas a uma perspectiva política eleitoral), e como ela se encontra hoje, destacando suas transformações mais recentes.

No terceiro capítulo eu apresento os principais atores dessa pesquisa, os adolescentes e também, mesmo em menor número, as crianças, pois estas, mesmo não devendo estar na instituição – pois o Estatuto da Criança e do Adolescente não permite, pelo simples fato de não terem para onde ir, são aceitas no CEP. Aqui tentarei reconstruir as trajetórias de vida desses internos, antes e durante estarem na instituição. Ainda neste capítulo trago relatos de vida de antigos internos vivenciados dentro do CEP onde ainda é possível encontra-los, não morando, mas trabalhando, mostrando que esse lugar no passado podia ser hostil para alguns,

mas hoje é de onde eles tiram o seu sustento, trabalhando e repassando o que aprenderam e vivenciaram quando ainda eram internos.

Por fim as conclusões, onde faço algumas amarrações sobre os principais pontos abordados - instituição e internos, trago sugestões de inovação nas medidas de internação do CEP e ressalto a importância do tema abordado.

1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E METODOLÓGICA

Com base no estudo realizado, neste capítulo enfatizo os problemas acarretados pelo capitalismo e as diversas modalidades de desvantagem social, as consequências que o consumo desenfreado de produtos divulgados pela mídia traz para a vida dos jovens pobres. Apresento também os conceitos adotados pelos autores: Michel Foucault e Erving Goffman que discutem temas relevantes para o título escolhido, priorizando os discursos sobre as práticas punitivas, instituições totais, e instituições austeras. Tento discutir os termos situação de risco e vulnerabilidade social, situações enfrentadas diariamente por crianças e adolescentes no Brasil. Por fim, apresento a metodologia, dando ênfase aos dados coletados no contexto real através da observação direta e participante.

1.1. Revisando a Literatura

O terceiro milênio surgiu com um grande avanço tecnológico provocando mudanças nos nossos hábitos, promovendo melhores condições de vida, trazendo novas formas de lazer, principalmente para as classes sociais média e alta. Mas, ao mesmo tempo em que promoveu conforto, esse novo contexto cultural transmitiu aos jovens o desejo do consumo e estes estão querendo, cada vez mais, obter uma roupa ou um celular da moda, adequando-os ao grupo a que pertence, deixando de ser um consumo utilitário passando a um consumo simbólico. Tais desejos deixam os adolescentes pobres enlouquecidos por não possuírem condições financeiras para adquirirem estes bens; estes então decidem adquiri-los a qualquer custo, mesmo que seja através do crime, como mostra o trecho abaixo:

Tudo isso se desenrolava no clima de tranquilidade da classe média nos anos do milagre econômico, sem problemas de dinheiro para saídas noturnas, viagens, roupas, festas. Já para a turma da barra Funda, a realidade era outra. Para participar de todas as suas atividades, faziam pequenos trabalhos, pequenos tráficos e pequenos furtos (SILVA, 2006, p. 167).

Esta citação relata o que acontece, constantemente, com os adolescentes que tentam se enquadrar nos padrões sociais vividos por aqueles que vêm de uma família com condições de oferecer aos seus filhos o que a mídia propõe, através das inúmeras propagandas dos objetos de consumo na atualidade. Para Le Breton essa manifestação social tem a ver com o primeiro constituinte da aparência que “tem relação com as modalidades simbólicas de

organização sobre a égide do pertencimento social e cultural do ator. Elas são provisórias amplamente dependentes dos efeitos da moda” (2010, p. 77).

De acordo com Silvério “os meios de comunicação vendem a ideia de status social de sucesso associada a posse de mercadorias cujos signos estão associados a noção de moderno, jovem vencedor” (2008, p.12), sendo assim, os jovens são levados a entrar nesse mundo associado a posse de mercadorias pois, nesse contexto, aqueles que não conseguirem se adequar ao modelo da mídia correrá o risco de uma possível exclusão do grupo a que pertence, como salienta Borba (2005).

Observa-se também, nesse contexto, o aumento da violência praticada pelos jovens no nosso país, fazendo-as assumir uma identidade marginal e transformando-as em “pessoas rejeitadas” como aponta Bauman (2005, p.47). Este autor ressalta que o “problema do capitalismo” está mudando da exploração para exclusão.

As causas da rejeição e da marginalidade entre os adolescentes são muito amplas e desconhecidas, o que leva muitos pesquisadores a estudar cada vez mais esse assunto, pois essas causas não se restringem somente a vadiagem, fome ou descaso social conforme mostra Santana (2006). De acordo com uma pesquisa realizada por este autor destacam-se outros fatores relevantes, como: as más companhias, o uso de drogas, a prostituição, a desestruturação familiar, a violência doméstica, a falta de opções para o lazer, entre outros.

Esses e outros males que afligem os jovens pobres brasileiros, coloca-os em situação de risco, vulneráveis ao mundo do crime e, conseqüentemente, leva-os a superlotar as instituições com caráter ressocializador.

Os problemas que os afetam atualmente, não são recentes, eles apenas estão tomando uma nova roupagem. Esse público sempre foi alvo de discussões e de preconceito em nossa sociedade. Se houve melhora, não foi suficiente, pois a desigualdade social ainda é muito grande e é necessário um trabalho eficaz com foco nas políticas públicas para que esses problemas sejam amenizados.

O estudo conduzido por Fraga e Iulianelli ([s.d.] p.9), apontam os males que afligem os jovens, estes estão atrelados a fatores negativos, gerando frustração, desesperança e até mesmo revolta devido a prática cometida pela sociedade, de atribuir a esses jovens características negativas, percebendo-os como marginais, perigosos, infratores e delinquentes.

Tal realidade também pode ser vislumbrada como consequência do desemprego, da evasão escolar, do preconceito racial e do envolvimento com uso e venda de drogas. A falta

das medidas adequadas atribuídas ao poder público, a sociedade e a família, junto a grande necessidade de consumo de bens materiais, imposta pela sociedade de consumo midiática, também é um problema que está afetando a vida dos jovens pobres no Brasil, como já mencionado.

De acordo com Silva (2007, p.10), a sociedade atribui a delinquência juvenil, apenas como consequência de problemas nas famílias, normalmente desajustadas, ou como uma decisão particular a partir da qual o adolescente opta pela vida marginal. Mas, percebemos que os motivos para tantas crianças e adolescentes se encontrarem em situação de risco e vulnerabilidade social, ou exclusão, podem ser múltiplos e variados. Os motivos vão muito além dos nossos olhos.

1.1.1. Definições dos termos: vulnerabilidade social e situação de risco

A definição do termo vulnerabilidade no contexto descrito remete a ideia de fragilidade, que se vincula principalmente as crianças e aos adolescentes de menor nível socioeconômico. Segundo Fonseca et al. (2013, p. 3) “o conceito de vulnerabilidade social na América Latina é recente. Ele foi criado com o objetivo de ampliar a análise dos problemas sociais, [...]”. Problemas relacionados a riscos que enfrentam diariamente em vários momentos de suas vidas como aponta Fonseca et al. (2013, p. 3-4):

[...] as principais vulnerabilidades que acometem as crianças e os adolescentes são os riscos inerentes aos problemas relacionados ao alcoolismo e conflitos entre casais, que tornam crianças testemunhas de agressões e de toda forma de violência. Os riscos relacionados ao lugar de moradia incluem a precariedade da oferta de instituições e serviços públicos, a falta de disponibilidade dos espaços destinados ao lazer, as relações de vizinhança e a proximidade da localização dos pontos de venda controlado pelo tráfico de drogas. Além de todos esses riscos, podem-se destacar os riscos do trabalho infantil e o da exploração da prostituição de crianças. Ademais, a personalidade e o comportamento de crianças e adolescentes podem torná-los mais vulneráveis aos riscos do envolvimento com drogas, gravidez precoce e prática do roubo [...]

Os fatores de riscos são aparentes na vida daqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade. As situações de risco podem estar atreladas a todas as adversidades e podem interferir no desenvolvimento humano em qualquer fase da vida, na infância, na adolescência e também na fase adulta podendo ser identificado em inúmeras situações.

A 1ª Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal interpreta situação de risco como ([s.d.], p. 2):

[...] toda e qualquer situação que comprometa o desenvolvimento físico e emocional da criança ou do adolescente, em decorrência da ação ou omissão dos pais/responsáveis, da sociedade ou do Estado, ou até mesmo em face do seu próprio comportamento. Abandono, negligência, conflitos familiares, alcoolismo e drogadição, além de todas as formas de violência (física, sexual e psicológica), configuram situações de risco.

A violência doméstica é uma das situações de risco mais frequentes. Dentre elas podemos destacar a violência física, a violência sexual, a violência psicológica, e a negligência.

Há de se destacar as vulnerabilidades que atingem, de modo geral, as crianças e os adolescentes, das que se manifestam no contexto familiar e escolar, como a falta de uma educação qualificada, por exemplo. Esses grupos vulneráveis são obrigados a se inserirem no tráfico de drogas, uma das saídas encontradas para lhes garantir alguma renda é entrar no mercado de trabalho precocemente, as vezes se sujeitando ao trabalho escravo, recebendo pouco, trabalhando mais do que determinam as leis trabalhistas do Brasil, não sobrando tempo para seguirem estudando nem para o lazer, como garante o Estatuto da Criança e do Adolescente no seu artigo 3º e 4º que diz que toda “criança e adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana”, “direitos referentes à vida, a saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer” e etc. A Lei 8.069/90 sancionada no Brasil em 13 de Julho de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) garante o direito a habilitação, a proteção, a vida, a saúde dentre vários outros.

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS)² reconhece que os segmentos etários mais vulneráveis no ambiente familiar são as crianças, os adolescentes e os idosos. Quando o cenário de vulnerabilidade e risco causa impacto no núcleo familiar, enfraquece o seu papel protetivo gerando sérias consequências para a infância e adolescência (BRASILIA, 2010, p.17-18). Portanto, todo esse cenário de vulnerabilidade e risco, impactam diretamente em consequências negativas para a infância e a adolescência, estabelecida pelos fatores biológicos, políticos, culturais, econômicos e pela dificuldade de acesso aos direitos garantidos pela Constituição Federal Brasileira e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

1.1.2. Categorias abordadas por Foucault e Goffman

Neste tópico apresento as categorias abordadas pelos dois autores, destacando os discursos sobre instituições austeras, relatados por Michel Foucault e instituições totais

² O SUAS é um sistema público garantidor de direitos de proteção social à população Brasileira

apontadas por Erving Goffman. Discursos esses que irão fundamentar teoricamente a discussão dos dados da minha pesquisa.

Nas informações relatadas na categoria prisão que serão utilizadas adiante deverão ser consideradas apenas alguns elementos utilizados como: praticas punitivas, disciplinares, vigilância e controle dos corpos, pois os mesmos são encontrados na instituição apresentada neste trabalho. O CEP diz respeito a um tipo de instituição disciplinar que trabalha nas suas especificidades organizacionais e não se trata de uma prisão na sua totalidade.

As instituições possuem raízes históricas, conforme Foucault (2004) foram constituídas em fins do século XVIII e início do século XIX, com o propósito de organizar o espaço; controlando os corpos dos indivíduos, extraindo deles o máximo de tempo e trabalho, utilizando o método da vigilância constante.

De acordo com Foucault (2004, p. 198), as “instituições completas e austeras” devem agir como um aparelho disciplinador, exaurindo todos os aspectos da vida do indivíduo, tornando-o apto para o trabalho, no seu comportamento e na sua atitude moral sem nenhuma interrupção, até que se complete a disciplina.

Com o afrouxamento da penalidade, no decorrer do século XVIII, a partir desse período os crimes foram perdendo violência, foram aplicadas novas estratégias para os exercícios do poder de castigar, se distanciando da prática penal da antiga sociedade dos suplícios - prática moldada na exibição pública da dor e do sofrimento. Enfatizado por Foucault, “a ostentação dos suplícios” (2004, p. 30), uma pena corporal dolorosa praticada em público antes do surgimento das instituições, perdeu espaço para uma nova prática: forma-se uma nova política de manipulação dos corpos, com uma proposta de tornar os indivíduos dóceis. A partir daí encontramos a história das instituições disciplinares, cada uma com sua singularidade.

Multiplicaram-se o número de instituição de disciplina. “O século XVIII inventou as técnicas da disciplina” (FOUCAULT, 2004, p. 185), modernizando as regras dos processos penais, ocorrendo mais um passo para o “progresso do humanismo” (FOUCAULT, 2004, p. 23), no momento em que suavizam as antigas regras punitivas.

Constituída em oposição a sociedade anterior, na sociedade disciplinar, segundo Foucault, a prisão foi peça essencial no conjunto das punições, marcando “um momento importante na história da justiça penal” (2004, p. 195), como um aparelho criado para transformar os indivíduos que não estivessem adequados aos padrões da sociedade burguesa.

Assim, as “Instituições completas e austeras”, são descritas por Foucault (2004, p. 195), como:

[...] processos para repartir os indivíduos, fixá-los e distribuí-los espacialmente, classificá-los, tirar deles o máximo de tempo, e o máximo de forças, treinar seus corpos, codificar seu comportamento contínuo, mantê-los numa visibilidade sem lacuna, formar em torno deles um aparelho completo de observação, registro e notações, constituir sobre eles um saber que se acumula e se centraliza. A forma geral de uma aparelhagem para tornar os indivíduos dóceis e úteis, através de um trabalho preciso sobre seu corpo [...].

A prisão ganhou destaque entre as chamadas instituições disciplinares, a partir do seu mecanismo de vigilância do programa arquitetural panóptico. Nele, segundo Foucault (2004), foi possível substituir as forças ou as coações violentas “pela eficácia de uma vigilância sem falha” (FOUCAULT, 2004, p. 209). Uma arquitetura feita geometricamente para vigiar, sem que os vigiais possam ser vistos, fabricando corpos submissos e “dóceis”.

Goffman define a prisão como uma instituição total, “como um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade [...], levam uma vida fechada e formalmente administrada” (1974, p. 11). Goffman também classifica as instituições como “estabelecimentos sociais” (1974, p. 15). Locais como: salas, conjuntos de salas, edifícios ou fabricas em que ocorrem atividades de determinado tipo fazem parte dessa definição, de acordo com este autor. Ele dá o nome de instituições totais, pelo fato de tais instituições terem em seu esquema um determinado padrão.

Seu fechamento ou seu caráter total é simbolizado pela barreira à saída que muitas vezes estão incluídas no esquema físico - por exemplo, portas fechadas, paredes altas, arame farpado, fossos, água, florestas ou pântanos. (GOFFMAN, 1974, p. 16).

As instituições totais quebram barreiras que frequentemente separam três esferas da vida importantes para o ser humano, como: dormir, brincar e trabalhar em diferentes lugares. Na instituição, Todos os aspectos da vida são realizados no mesmo local e sob uma única autoridade, todas as atividades são feitas sempre na companhia de alguém ou em grupo, por fim, todas as atividades diárias devem seguir os horários impostos (GOFFMAN, 1974, P. 17-18).

O Centro de Educação Produtiva preenche os requisitos apontados por Goffman, quando em seu discurso ele considera a instituição como um local de residência e trabalho.

As técnicas de controle e disciplinas podem ser vista no CEP, é a partir delas que os dirigentes conseguem manter o controle sobre os internos. Os discursos aqui apresentado por Foucault e Goffman continuam atuais relacionados tanto com os formatos arquitetônicos quanto ao seu funcionamento, e as regras disciplinares aplicadas.

É possível encontrar modelos muito parecidos com os panópticos, nas construções atuais, como é o caso do CEP. Talvez o espaço não tenha sido construído com essa finalidade, mas acaba sendo bastante transformado pelos seus dirigentes, na prática cotidiana de vigilância dos internos. Neste sentido, os estudos de Foucault e Goffman, apontados aqui, continuam existindo na realidade atual, como podemos ver. É possível perceber muitas dessas técnicas antigas se repetindo mesmo depois de tantas mudanças em nossas leis.

1.1.3. Políticas públicas: solução ou problema? Questão jurídica ou social?

A criação de medidas públicas no governo brasileiro como a “criação” do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, com o intuito de proporcionar melhoria na assistência às crianças e aos adolescentes, foi um passo importante para a nossa sociedade. Mas será que foi suficiente? Será que essa lei está sendo cumprida? O que sabemos com relação aos fatos que presenciamos e ouvimos sobre crianças e adolescentes todos os dias, são as leis sendo burladas? Na prática alguns direitos estão sendo ignorados? De quem é a culpa? Boa parte da sociedade e do governo aponta como solução a redução da maioridade penal, mas não seria mais eficaz criar políticas públicas que minimizassem a entrada dessas crianças e adolescentes na criminalidade, como ofertar para as famílias menos favorecidas serviços básicos, como uma das saídas para superar as situações de risco?

Quando o ECA foi criado, como instrumento jurídico para ser operacionalizado, foi disposto que além da família e do Poder Público, a comunidade e a sociedade também deveriam assegurar a efetivação dos direitos garantidos às crianças e aos adolescentes. Mas, o que vemos, constantemente, é um jogando a culpa no outro: a família joga a culpa no Governo, o Governo joga a culpa na sociedade, a sociedade joga a culpa na família, e assim o ciclo vai reproduzindo a criminalidade e se reproduzindo.

A omissão nas garantias dos direitos a esse público está estampada “na cara da sociedade” em larga escala, por outro lado o Estado ainda “[...] insiste em deixar de oferecer acesso aos direitos humanos para a maioria da população [...]” (FRAGA E IULIANELLI, [s.d.] p.9), principalmente aos grupos sociais mais vulneráveis. Os autores citados apontam que as saídas encontradas para a realização das políticas públicas seguem sempre uma

perspectiva de segurança pública, como se esta fosse uma saída favorável, onde essa atitude Governamental acaba inspirando uma série de ações por parte de Organizações não Governamentais, centradas muitas vezes “[...] na ideia da profissionalização, e não na perspectiva de promover novos espaços de sociabilidade e de convívio [...]” ([s.d.] p.12). Entretanto, deve-se destacar a ação de grupos sociais engajados em lutas sociais com o objetivo de garantir os direitos das crianças e dos adolescentes, como também algumas ONGs, como é o caso do Centro de Educação Produtiva – Pindobal (CEP), fundada com o objetivo de acolher, profissionalizar e integrar as crianças e os jovens às suas famílias através de uma perspectiva educativa.

1.2. Metodologia

Neste tópico, abordo a metodologia utilizada, apresentada de acordo com o que busquei trabalhar e o que fui possibilitada a realizar nessa pesquisa. Descrevo passo a passo os métodos e caminhos seguidos, me apropriando da melhor forma para conseguir todo material coletado. Aqui abordarei as dificuldades encontradas, os tipos de abordagens que se seguiram, priorizando as conversas informais e seguindo uma ordem cronológica, desde o levantamento bibliográfico até as últimas informações conclusivas. Em seguida, descrevo a instituição para uma melhor compreensão do leitor.

1.2.1. A abordagem da pesquisa

Para a realização dessa pesquisa segui um conceito metodológico, do tipo qualitativo, com o objetivo de compreender e descrever com clareza o objeto de estudo e seguindo a linha etnográfica, procurando explicar o fenômeno estudado, me utilizando da observação participante para construir a confiança dos atores pesquisados e poder chegar a um resultado “fiel” através das informações coletadas. Me utilizei também de conversas informais anotando apenas alguns tópicos, fazendo anotações mais detalhadas em casa, pois entrevistas estruturadas poderiam atrapalhar, pela formalidade.

Uso o método etnográfico seguindo a linha de raciocínio de Tiago Neves; conforme esse autor “devido à escassez de estudos sobre os Centros Educacionais, a etnografia surge “como estratégia adequada para lidar com a imprevisibilidade de um contexto cujo funcionamento era, à partida em larga medida desconhecido” (2008, p.46).

O CEP ainda se enquadra nesse termo “desconhecido”, principalmente quando se trata de documentos antigos que trate da sua história e do seu funcionamento. Há relatos sobre

seus documentos terem sido extraviados e perdidos. A reprodução histórica sobre a instituição, para alguns pesquisadores que tratam da mesma, só foi possível por causa dos anúncios antigos dos jornais que falavam do abrigo na época da sua fundação e de um livro escrito por um ex-diretor da instituição, quando lá ainda funcionava como a Escola Profissional “presidente João Pessoa”, o historiador Adailton Coelho Costa.

Sem muitas informações escritas sobre a história dessa instituição, busquei compreender o que foi e o que é o CEP através dos relatos dos internos e dos ex-internos, dos moradores da vizinhança e de algumas histórias de sua época que os mais velhos contam sobre esse local, de onde surge aquela fala para as crianças desobedientes quando aprontavam alguma trela “vou mandar você para Pindobal”.

Os procedimentos utilizados para a execução da coleta de dados para o presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) seguiram uma ordem cronológica. Primeiro, para atingir o objetivo almejado, comecei por um levantamento bibliográfico sobre o tema escolhido, com leituras relevantes, desde obras clássicas até trabalhos como monografias e dissertações que tratam do assunto. Depois, busquei informações sobre a existência e localização do CEP, pois tempos antes de ser reinaugurada, a instituição se encontrava desativada. Em seguida, procurei os responsáveis pedindo autorização para conhecer de perto a estrutura dessa instituição.

Ao adentrar a instituição, minhas primeiras informações foram obtidas com os próprios internos, diferentemente de outras pesquisas que seguem normas técnicas de procurar e pedir permissão aos responsáveis pelo lugar para fazer o primeiro contato com os “principais” atores da pesquisa. No CEP foi diferente, entrei como em um lugar qualquer e comecei a conversar com os primeiros meninos que encontrei, que estavam em seu momento de lazer. Neste dia o Diretor não se encontrava na instituição e o Vice-Diretor estava muito ocupado, por isso me deixou à vontade para conversar e conhecer o CEP, guiada pelos meninos mais desinibidos que foram muitos simpáticos.

Nesse momento também entrei em contato com a equipe técnica da instituição para saber sobre a trajetória histórica do CEP, no intuito de melhor entender a sua estrutura e o seu funcionamento. Depois procurei informações com alguns moradores do entorno e das cidades vizinhas para ter um melhor entendimento do seu funcionamento nos dias atuais, e para ter uma compreensão do que este espaço significou e significa para a sociedade que toma conhecimento da sua existência. Este último ponto serviria apenas para dar norte ao meu raciocínio.

A partir de então fiz uso com mais frequência das conversas informais com os adolescentes, me utilizando sempre da observação participante, observando o funcionamento da instituição, bem como das atividades praticadas por eles, passando a entender o que há por trás delas e o que essas atividades representam para eles. Por fim, para coletar mais dados, entreguei uma ficha³ para cada um dos 11 internos que estavam presentes no momento preencherem com intuito de conhecê-los de forma mais sistemática, quem são essas pessoas, de onde elas vêm, por que elas estão ali, etc.

Nem todos quiseram preencher a ficha, por um momento pensei que fosse desconfiança da parte deles, mas ao analisar as fichas preenchidas por eles e as fichas da instituição, logo percebi o motivo, parte dos internos ainda não dominava a escrita nem a leitura. Muitos ainda estão frequentando o ensino fundamental como mostra o gráfico 5 na página 50. Uma das fichas eu mesma preenchi, já os demais que aceitaram em contribuir com a coleta de dados, preencheram eles mesmos. Percebendo a desconfiança dos adolescentes e a dificuldade de preencherem as fichas, achei melhor esquecer esse procedimento de coleta, passando apenas a me utilizar de conversas informais e uso dos dados repassados pela instituição.

O gravador só foi utilizado em um último momento, na tentativa de não perder os relatos repassados pelos informantes. Isso só foi possível porque eles já se mostravam bem à vontade com a minha presença.

Como alerta Teresinha Bernardo (1998, p.38), o auxílio do gravador só é possível se os interlocutores se sentirem à vontade para o pesquisador introduzi-lo na conversa, se não ele irá interferir negativamente, provocando constrangimento ao interlocutor. A autora ressalta em sua obra: *Memória em Branco e negro*, como a utilização desse instrumento dificultou a sua coleta de informações, ao ponto dela seguir outra estratégia, sem a presença do gravador, quando seus testemunhos se apresentaram muito mais ricos, revelando depoimentos muito mais livres.

1.2.2 Dificuldades encontradas durante a realização da pesquisa

Os maiores problemas encontrados na realização dessa pesquisa aconteceram logo no início da pesquisa de campo, ao tentar descobrir e encontrar a localização do CEP, pois se trata de um lugar de difícil acesso para quem não está habituado a frequentá-lo. Para chegar

³ Segue a ficha utilizada nesse momento da pesquisa em anexo.

a Pindobal, área onde está situada a instituição, também conhecida pelo mesmo nome, busquei informações sobre dois caminhos, os quais descobri com algumas dificuldades.

Quando resolvi realizar essa pesquisa eu estava morando em Rio Tinto, tentando concluir minha graduação em Antropologia, então, procurei fazer um reconhecimento do caminho que iria seguir para ir ao campo. Chamei um amigo, e fomos de bicicleta, para ele me mostrar um dos caminhos indicado. Este foi um dia tenso porque quando estávamos pedalando a caminho, ele revelou que aquela rota que estávamos seguindo era um local onde aconteciam assaltos frequentemente. Antes de chegar a Pindobal pedi para voltar, já estava bastante amedrontada e cansada, já tínhamos percorrido muitos quilômetros. Não consegui continuar, mas já tinha ideia do que teria que enfrentar toda vez que fosse fazer campo.

Esse primeiro acesso que me foi apresentado é o mais próximo da cidade de Rio Tinto, percorrendo uma estrada de barro que corta algumas áreas rurais, pontes e um enorme caminho cheio de plantação de cana de açúcar. Quando percebi as primeiras casas das quais indicavam que nosso destino já estava perto não aguentei mais e desisti de seguir. Naquele momento eu já sabia que aquele não seria o caminho mais tranquilo e fácil para que eu pudesse chegar ao meu campo de pesquisa. Decidi seguir a segunda rota, para isso teria de fazer esse trajeto de carro, no entanto deveria convidar alguém que pudesse me levar.

A primeira rota seria a seguinte: saindo de Rio Tinto, atravessaria uma pequena ponte sobre um riacho, passaria por uma área denominada pela comunidade local como área rural, a primeira é: Taberaba, depois passaria por Areia Branca, Boa Vista, rio do Banco, passaria por um açude, e logo em seguida chegaria a Pindobal.

A segunda rota de acesso a Pindobal é pela BR 101, passando pela Usina Monte Alegre, situada a 60 km de João Pessoa. Por esse caminho temos que passar quase por dentro da Usina, pois parte das terras são de sua propriedade. Esse caminho, assim como o outro, é longo e a estrada também é de terra. Para chegar ao destino, passamos pela usina e pelas comunidades, ou como é chamada, a área rural, conhecidas como: Árdua e Tabuleiro, ambas pertencem ao sítio Pindobal ou fazenda como é conhecido, sendo considerada pelos moradores da região, Pindobal, como a sede de toda a área descrita.

Ao chegar a Pindobal eu conheci a instituição, seus moradores e parte do corpo técnico. Na volta para casa, decidi conhecer o caminho por dentro, por onde tentei vir pela primeira vez, de bicicleta, como descrito nas linhas anteriores. Fomos perguntando aos moradores locais, que se encontravam sentados em suas calçadas, como é costumeiro nesta região, e pelas orientações recebidas chegamos a uma ponte sobre um açude, este é o que limita

Pindobal a outra comunidade chamada Rio do Banco. Este açude é onde as pessoas que tem conhecimento do mesmo costumam se divertir com amigos e familiares, inclusive os internos na presença de um educador.

Saindo da parte onde havia moradores, o caminho que se segue é cheio de bifurcações e plantação de cana de açúcar. Chegamos a nos perder, eu e uma amiga que estava a me acompanhar em seu carro, mas em poucos minutos passou alguém, pedimos informações e seguimos o caminho indicado chegando a Rio Tinto.

Passados esses primeiros sustos decidi que nas próximas visitas iria pelo caminho mais fácil, pela BR 101, passando pela Usina Monte Alegre. É importante mencionar que não é comum duas mulheres frequentarem essa rota sozinhas, sem a companhia da presença masculina; as pessoas dessa região ainda vivem nos moldes da época em que mulheres não andavam sozinhas por aí.

Como já mencionado, foram muitas as dificuldades encontradas, tanto no acesso à Instituição como em encontrar relatos sobre a história de Pindobal, o desencontro com alguns funcionários para me garantir acesso a alguns documentos sobre os internos e também em me aprofundar sobre a vida dos adolescentes que lá se encontravam, pois a rotatividade, entrada e saída de adolescentes, nessa instituição, é uma constante. Teve casos de eu conversar com um adolescente em uma semana e na semana seguinte esse adolescente já não se encontrar mais na instituição.

1.2.3. Fragmentos de um diário de campo

No dia 09 de abril de 2012, segunda feira, aproximadamente as 11:30 da manhã foi realizada a minha primeira visita ao Centro de Educação Produtiva – Pindobal, localizado na fazenda Pindobal, zona rural do Município de Mamanguape. Neste dia fiz uma breve visita com o intuito de conhecer o local e os jovens que seriam pesquisados, para poder dar início ao meu Trabalho de Conclusão de Curso – TCC. Lá, pude contar com a boa vontade de dois adolescentes, a pedido de Gilberto - vice-diretor, que iria se ocupar no momento, para me mostrar toda a instituição. Nesta breve visita pude observar algumas diferenças desta instituição comparada às outras, pelo que já havia lido e visto, neste momento fui logo fazendo minhas primeiras anotações no diário de campo e alguns registros fotográficos que no término da pesquisa me auxiliaram nas análises de resultado.

Logo na entrada me surpreendi com o estilo do espaço. Imaginava que seria igual às outras instituições e me enganei. Esta instituição me parece mais uma fazenda, um sítio onde

os jovens podem circular tranquilos, sem nenhuma restrição. Percebi também que o estilo desse espaço parece modificar o comportamento dos jovens que lá se encontram. À primeira vista compreendi aquele lugar mais como um lugar de repouso, só em seguida pude perceber que os jovens que ali se encontram precisam cumprir algumas tarefas que lhes são impostas e cumprir as regras da instituição. O Centro de Educação Produtiva – CEP é um órgão não governamental que abriga meninos com faixa etária entre 10 a 18 anos, existindo no primeiro momento da minha visita aproximadamente 35 adolescentes residindo no local com direito a participar de atividades voltadas para a área da agricultura bem como de oficinas de artesanato, cursos profissionalizantes, atividades de lazer como jogos de futebol, ir à escola e etc.

Por ser um Órgão Não Governamental a instituição é mantida através da ajuda de recursos doados por vários órgãos e de acordo com o relato de um dos jovens, pelos familiares. Seu terreno e prédio é o que era antes a fazenda Pindobal. Ali, existem ex internos residindo, porém estes ficam separados dos jovens internos. Uma das informações que obtive, logo no primeiro dia foi que o atual diretor dessa instituição, o senhor João Batista, ter sido um dos internos de Pindobal.

No CEP, os jovens são divididos nos quartos por idade; aqueles que têm menos de 15 anos ocupam um bloco, e os que já tem mais de 15 anos ocupam outro bloco. Cada bloco é também chamado de casa; existem três casas: a Casa da Esperança, a Casa do Resgate e a Casa do Aconchego. Esses espaços se parecem com casas populares, mas em cada uma existe um monitor para manter a ordem. Dentro delas há bastante espaço livre dividido em quartos, sala e banheiro, para os moradores⁴ poderem circular tranquilos e para caberem as camas e os guarda roupas, onde são guardados os pertences pessoais de cada um.

⁴ Utilizo aqui morador por alguns considerarem o local como seu ambiente de morada e por se chamar de casas-lares.



Fotografia 1: Casa da esperança. Foto: Viviane Martins, 25 mai. 2016

Logo à frente dos quartos, alguns metros depois da área de lazer e da horta – cultivadas pelos próprios jovens, fica um antigo abrigo, um casarão que está desativado, e do lado se encontra uma estrutura menor, funcionando hoje como uma residência.

Esse espaço foi criado, para abrigar os funcionários da antiga instituição, mas o tempo foi passando e os parentes desses funcionários continuaram morando por não ter para onde ir.



Fotografia 2: Espaço cedido para pessoas residirem. Foto: Viviane Martins, 25 mai. 2016



Fotografia 3: Casarão antigo à esquerda; um dos primeiros abrigos da antiga instituição. Foto: Viviane Martins, 25 mai. 2016

Em frente a área de lazer, fica a marcenaria, o refeitório, a sala de músicas e a oficina.

De modo geral, pude observar que todo espaço é como se fosse um grande círculo onde em qualquer posição se observa tudo e todos. Tal espaço nos leva a comparação com o modelo de vigilância citado por Foucault (1995), o modelo Panóptico de Bentham.

O termo Panoptismo é analisado por Foucault como um dispositivo de poder, um modelo de dispositivo disciplinar, nele “não é necessário recorrer à força para obrigar o condenado ao bom comportamento, o louco à calma, o operário ao trabalho, o escolar a aplicação, o doente à observância das receitas” (1995, p.178-179). Segundo Foucault (1995, p. 177) o Panóptico de Bentham em sua forma arquitetural é descrito como:

[...] na periferia uma construção em anel; no centro, uma torre; esta é vazada de largas janelas que se abrem sobre a face interna do anel; a construção periférica é dividida em celas, cada uma atravessando toda a espessura da construção; elas têm duas janelas, uma para o interior, correspondendo às janelas da torre; outra, que dá para o exterior, permite que a luz atravesse a cela de lado a lado. Basta então colocar um vigia na torre central [...] O dispositivo Panóptico organiza unidades espaciais que permitem ver sem parar e reconhecer imediatamente [...]

Esse mecanismo de poder faz com que a vigilância seja permanente, sendo utilizada como uma máquina de fazer experiências, modificando o comportamento, treinando ou retreinando os indivíduos, tornando-os dóceis e controlando-os sem muito esforço, evitando

a violência física, pois os mesmos sabem que estão sendo observados, em todos os seus passos, como aponta Foucault (1995).

Apesar de não existir uma torre de vigilância na instituição nem seguir o mesmo formato do modelo Panóptico de Bentham, ao circular pelo local pude perceber que, para onde os meninos caminham, seus passos podem ser observados sem muita dificuldade por qualquer funcionário e qualquer pessoa que esteja no espaço, mas isso só é possível se eles tiverem na parte externa dos alojamentos.

Nessa instituição não existem muros altos, nem ninguém vigiando em guaritas, apenas os funcionários trabalhando e os jovens circulando livremente, na companhia dos monitores, com direito, em alguns casos, de sair da instituição para ir fazer uma visita aos familiares ou irem às cidades vizinhas, com certa liberdade, desde que tenha permissão da diretoria.



Fotografia 4: Panorâmica da fachada do portão de entrada do Centro de Educação Produtiva – Pindobal (CEP).
Foto: Viviane Martins, jan. 2014.

Os jovens que ali se encontram, são disciplinados, assistem aulas, fazem oficinas, praticam esportes e ainda circulam livremente por toda a instituição e pelas áreas vizinhas. Estes, como já mencionei, são crianças e adolescentes que cometeram pequenos delitos ou que, simplesmente, querem se livrar de alguns problemas familiares como relatou um jovem que disse estar ali por preferir a tranquilidade da antiga fazenda a viver em meio as brigas em sua casa.

Parte das visitas que seguiram a primeira foram realizadas na companhia dos diretores, em certos momentos os adolescentes tentavam nos acompanhar, mas sempre eram mandados para o cumprimento de alguma obrigação. Nesta fase da pesquisa já estava mais à vontade com todos, acompanhei os meninos em algumas atividades, como refeição, diversão, na venda dos produtos da horta. Fui convidada pelos adolescentes a ver o empenho

dos que estavam praticando aula de música, eles fizeram questão que eu os acompanhasse, mostrando as músicas escritas por eles, foram momentos de desabafos também, de relatos de vida e deles me mostrarem as suas esperanças para o futuro.

Tive acesso ao regimento interno para tentar entender melhor a criação do novo modelo de funcionamento da instituição e tentar encontrar documentos antigos que tratasse da fase pioneira daquele espaço. Na instituição não obtive muito êxito, em se tratando da história do lugar, fui encaminhada a FUNDAC na tentativa de encontrar mais relatos ou documentos sobre o espaço pesquisado, mas sempre enfrentei dificuldades para encontrar essas informações.

No capítulo seguinte apresento os achados sobre a história da instituição destacando as mudanças ocorridas em aproximadamente 86 anos, desde a sua criação em meados do final dos anos 1920 a 1930. Apresento como essa instituição foi se transformando ao longo do tempo, ressaltando principalmente as mudanças atuais, destacando a questão financeira e estrutural, bem como os seus principais objetivos.

2. UM BREVE HISTORICO DA TRAJETÓRIA DO CENTRO DE EDUCAÇÃO PRODUTIVA-PINDOBAL

O Centro de Educação Produtiva – Pindobal está localizado no sítio Pindobal no município de Mamanguape, Estado da Paraíba, Microrregião do Litoral Norte, conhecida como a “a Capital do Vale por ser a Maior e mais importante cidade da região do Vale do Mamanguape” (HISTORICO DE MAMANGUAPE, 2012). O Vale do Mamanguape é composto por onze municípios além de Mamanguape: Baía da Traição, Capim, Cuité de Mamanguape, Curral de Cima, Itapororoca, Jacaraú, Marcação, Mataraca, Pedro Regis e Rio Tinto de acordo com Mendonça (2013, p.16).

O Centro de Educação Produtiva – CEP em seu processo histórico passou por várias mudanças e denominações, no decorrer de seus 86 anos, aproximadamente, desde a sua criação. Há controversa no que se refere a história de Pindobal ou ao período da fundação do patrimônio arquitetônico onde se encontra essa instituição, em outras palavras, do projeto pioneiro realizado no espaço onde hoje se encontra o CEP.



Fotografia 5: Foto Antiga do Centro Agrícola (1933) Pindobal. Foto: Antonio Carlos Ferreira Pinheiro

Não há evidências concretas se as datas e os relatos que serão citadas são todos verdadeiros, pois de acordo com meus informantes a história foi repassada oralmente de

pessoa para pessoa; moradores, ex-diretor e ex-internos, sobre o sítio Pindobal e a instituição em si, já que segundo os entrevistados muitos documentos foram extraviados.

De acordo com Pinheiro [s.d.], a partir do final dos anos de 1920, o Estado tomou medidas no campo educacional, visando limpar a cidade de “menores abandonados e delinquentes”, que foram recolhidos ao Centro Agrícola de Pindobal como era chamado nesta época. Essas medidas partem da doutrina Europeia de projeto higienista que se propagou chegando ao Brasil. Segundo os registros históricos trazidos por Luengo (2010), o projeto higienista foi criado para modificar os hábitos daqueles que não obedeciam às normas correspondentes aos interesses das elites governamentais e dos intelectuais Europeus. Coimbra e Nascimento (2003) diz que no Brasil a ideia da higienização atingiu seu auge nos anos de 1920 quando foi criada a Liga Brasileira de Higiene mental por Gustavo Riedel. Coimbra e Nascimento (2003) destaca também que o movimento higienista formado por muitos psiquiatras da elite brasileira extrapolou o meio médico, aliando-se a especialistas como pedagogos, arquitetos, urbanistas e juristas penetrando em toda sociedade brasileira, e um dos objetivos desse movimento era esterilizar “toda população pobre brasileira que não esteja inserida no mercado de trabalho capitalista, todos aqueles que não são corpos úteis e dóceis para a produção” (2003, p.23). A criação das instituições ou as escolas rurais resulta desse processo, criada para receber os “desocupados” que perambulam pelas ruas do Brasil. A partir daí surge a primeira lei brasileira específica para infância e adolescência:

Surge, em 1927, a primeira lei brasileira específica para a infância e adolescência, o primeiro Código de Menores. Data daí a utilização do termo ‘menor’, aplicado não para designar menores de idade de quaisquer classes sociais, mas apenas para diferenciar um determinado segmento: o pobre (COIMBRA E NASCIMENTO, 2003, p. 23).

Em meados dos anos de 1930, com a criação das escolas rurais no Brasil, e mais particularmente na Paraíba, o governo de Getúlio Vargas implementou no contexto das políticas Públicas a criação de escolas rurais visando “fixar o homem ao solo” dando um ensino popular que atendesse as necessidades regionais de cada Estado. Vale salientar que “as diretrizes educacionais propostas pelo governo Vargas foram rapidamente absorvidas e implementadas pelos gestores públicos paraibanos” (PINHEIRO, [s.d.]. Nesse contexto, ainda em meados dos anos de 1930, o Governador Argemiro de Figueiredo destacou a necessidade de fixar as crianças no campo por meio da escola, com o objetivo de minimizar o número de “desocupados” nas ruas dos centros urbanos. Assim, as escolas rurais deixariam

de ser “escolas de reabilitação de jovens delinquentes” e passaram a qualificar o trabalhador rural.

Outros pesquisadores como Leandro e Gill [s.d.], contam que a instituição na fazenda Pindobal foi criada em 1930 pelo Presidente João Pessoa, tendo como nome Escola Profissional Presidente João Pessoa e como função abrigar crianças órfãs ou de famílias muito pobres no intuito de que os mesmos estudassem e aprendessem uma profissão. Só mais tarde ela passaria “a funcionar como Escola Correcional destinada a crianças e adolescentes que cometiam infrações, tais como: furtos, roubos, assassinatos ou aquelas abandonadas pela família” (LEANDRO e GILL, [s.d.], p.4).

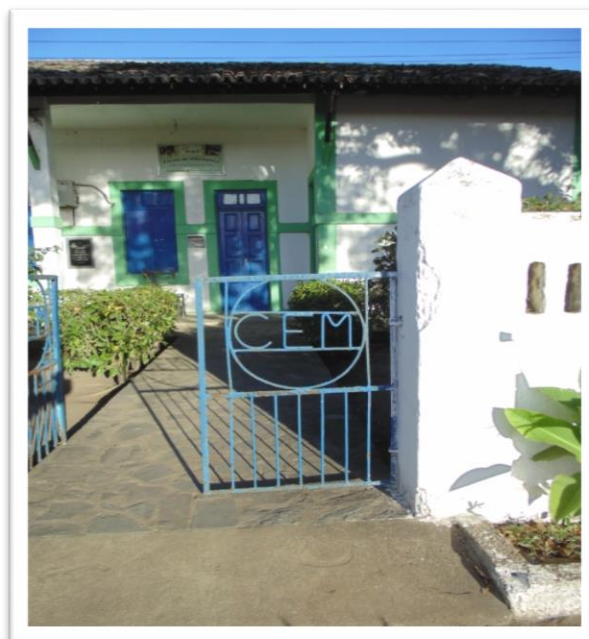
Outros dados encontrados sobre a instituição apontam que ela foi fundada durante o Governo de João Pessoa por meio do Decreto nº 1.606, de 14 de novembro de 1929, com o nome de Centro Agrícola Pindobal e foi inaugurado em junho de 1930. “O nome de Centro Agrícola era o que estava presente no decreto, porém em livros sobre o município de Mamanguape” (AMORIM, 2013, p.93) encontra-se o nome Escola Correcional de Pindobal.

Ainda sobre suas denominações, a instituição Pindobal passou por um período chamado “época dos padres” (AMORIM, 2013, P.97), por passar a ser dirigida na década de 1940 a 1950, por Padres Holandeses da Congregação Coração de Jesus. Nessa época, segundo Amorim (2013) havia um regime muito rigoroso marcado por sofrimento e punições.

Mais tarde, depois da “época dos Padres”, outra pessoa foi enviada a instituição, dessa vez uma mulher, onde o vice-diretor atual relatou que ela mudou o funcionamento do local ficando marcado também esse período, que durou de 1950 a 1960, com grande aceitação entre os alunos e funcionários.

Durante a década de 1960 já no governo de João Agripino, mais uma vez Pindobal recebe um novo diretor que empreendeu reformas na estrutura da instituição, instalando novas oficinas e o curso Ginásial como aponta Amorim (2013, p.98).

Na década de 1980, durante o Governo de Wilson Braga a instituição passou a ser chamada Centro Educacional do Menor - CEM/Mamanguape, ligado a Fundação Estadual do Bem-Estar no Menor Alice de Almeida-FEBEMAA.



Fotografia 6: Portão com a sigla da antiga denominação.
Foto: Viviane Martins, dez. 2014.

Dessa época em diante ficam mais claras as informações, pois os fatos estão mais recentes nas memórias das pessoas. É possível encontrar também algumas marcas como a sigla CEM nos portões da instituição e a placa da FUNDAC na parede do prédio, mostrando o ano da reforma e ampliação do local.



Fotografia 7: Placa da reforma e ampliação da instituição em Agosto de 1994. Foto: Viviane Martins, dez. 2014.

A última mudança, para finalizarmos esse recorte cronológico, aconteceu com a mudança do Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA, Lei Federal nº 8096 de 13 de Julho de 1990 (GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, 2001), ficando extinta a FEBEMAA e em seu lugar criando-se a FUNDAC. Com a mudança da lei o termo menor teve que ser extinto substituindo a sigla CEM por CEA – Centro Educacional do Adolescente para trabalhar com adolescentes autores de atos infracionais, executando medidas socioeducativas em meio fechado. Desativado no ano de 2005, quando ainda estava ligado ao Governo do Estado da Paraíba. O motivo de o CEA ser desativado nesta época, parece ter sido causado por uma rebelião dos adolescentes em conflito com a lei que foram encaminhados para Pindobal, pois estes se mostravam muito mais agressivos do que os outros, segundo relatos dos diretores. A mudança de lugar causou um descontentamento por conta da distância que os parentes tinham que percorrer para visitá-los, alegavam também violência e maus tratos por parte da equipe responsável pelos internos. Vale salientar que no mesmo espaço estavam sendo atendidas crianças e adolescentes em situação de risco, e por isso, na época havia uma distinção entre o “CEA preso e CEA livre”.

Por fim, Pindobal deixa de pertencer ao Estado e atualmente se chama Centro Educacional Produtiva – Pindobal, ficando sob a responsabilidade do poder Judiciário de Mamanguape.

Como vimos, existem lacunas sobre a história do CEP. As informações as quais temos acesso partem de decretos, notícias vinculadas em meios de comunicação, de alguns pesquisadores que tentaram buscar a história da instituição e de relatos orais.

A partir dessas informações, percebemos que a instituição, ao longo desses anos, “se manteve sob a responsabilidade de vários governos que tiveram a frente do Estado da Paraíba” (LEANDRO e GILL, [s.d.], p.4), e suas mudanças ocorreram sempre quando entrava um diretor novo, sempre em anos políticos.

2.1. A instituição como ela é hoje: Como se transformou ao longo do tempo

No ano de 2005, quando ainda estava ligado ao Governo do Estado da Paraíba, sendo denominado de CEA, o atual CEP foi fechado. Em 2008, a instituição foi reativada através de uma parceria com a Promotoria, o Juizado da Infância e Juventude da Comarca de Mamanguape - PB juntamente com um ex-interno, hoje diretor da instituição. O espaço foi cedido pelo Governador do Estado e em 2008 foi inaugurada pelo Ministério Público da Paraíba, mas não para trabalhar com adolescentes autores de atos infracionais e sim, com

adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social. Segundo o atual diretor, o senhor João Batista, é responsabilidade do Estado tomar conta de adolescentes infratores encaminhando-os ao CEA de João Pessoa. Ainda segundo o diretor do CEP, cabe aos municípios trabalhar com aqueles que estejam em situação de risco ou vulnerabilidade social, ou seja, órfãos, abandonados, aqueles que perambulam pelas ruas, os que cometeram pequenos atos infracionais - sem gravidade, e os que tem históricos de agressão na família.

O CEP passou a atuar como uma ONG, a unidade foi cedida através do termo de Cessão de uso da FUNDAC ao Ministério Público do Município de Mamanguape para a execução de cursos profissionalizantes para adolescentes que após os cursos voltariam para suas casas. Mas, essa ONG passou a atuar como instituição, acolhendo crianças e adolescentes de várias localidades.

A instituição foi criada para atender adolescentes dos 12 anos completo aos 17 e 11 meses e 29 dias sendo estes das cidades de Mamanguape, Itapororoca, Capim, Mataraca e Cuité de Mamanguape, cidades estas que deveriam contribuir com a manutenção da mesma. Na prática não foi bem o que ocorreu e a direção teve que adotar outras medidas, uma delas foi receber adolescentes e crianças de outras cidades, fora da Comarca de Mamanguape como, por exemplo, a cidade de Bayeux - PB próximo a João Pessoa. Cada cidade é responsável por contribuir com recursos financeiros⁵ para manter os seus adolescentes e crianças no abrigo. O CEP também teve que receber crianças⁶ por elas não terem para onde ir, mas estes são casos isolados já que é um local destinado para adolescentes.

2.2. Porque e para que surgiu o CEP? Com quais objetivos funciona hoje?

O CEP está funcionando desde 2008 com os mesmos objetivos de quando foi criado, “de acolher crianças e adolescentes em situação de risco oferecendo cursos profissionalizantes e estimulando o retorno para as salas de aulas” (DIÁRIO DA PARAIBA, 2011).

Segundo a Direção, a instituição foi reativada devido as preocupações tanto de tirar os meninos da rua como de recuperar e fazer voltar o funcionamento do espaço, por ser um patrimônio histórico e devido as constantes preocupações por busca de solução para o combate da marginalidade, que atinge muitas crianças e adolescentes que vivem em situação

⁵ Não foi informado como faz essa prestação de conta e valores recebidos pela instituição.

⁶ Como consta no Art. 2º, § 2º do regimento interno “Serão excepcionalmente admitidas crianças abaixo dos 12 anos apenas em casos de risco iminente a própria vida ou integridade física, mediante autorização judicial e em caráter provisório até que se encontre família substituta ou se restabelecer no seio familiar” (p. 02,).

de risco naquela região, com o intuito de promover políticas destinadas a ressocialização e reinserção na sociedade, tendo em vista que Mamanguape é uma cidade entrecortada pela BR 101 e esse fato intensifica o risco das crianças e adolescentes locais se envolverem no tráfico, na prostituição e na criminalidade de uma forma geral.



Fotografia 8: Panorâmica de parte da área antiga “histórico” da instituição. Foto: Viviane Martins, jan. 2014.

O projeto inicial de reabertura do CEP tinha como objetivo “estruturar um Centro de Produção Agropecuária com princípios educativos [...] promovendo a inclusão e a formação social de adolescentes em situação de vulnerabilidade pessoal e social” (PARAIBANEWS, 2007), com uma estratégia de aproveitamento dos recursos naturais e das estruturas físicas existente em Pindobal. No entanto, percebe-se que não foi isso o que ocorreu.

Esse projeto indicava que a instituição deveria atender 75 adolescentes dos municípios que integram a Comarca de Mamanguape (PARAIBANEWS, 2007), mas na prática, segundo o diretor, eles sempre recebem meninos de todo Estado Paraibano e de outros Estados do Brasil, inclusive crianças. Sobre o número de atendidos isso também mudou, pois não houve compromisso das partes envolvidas, quando criaram o projeto, e esse número vem diminuindo gradativamente.

Frente a esse cenário, pode-se dizer que a instituição se destina a atender crianças e adolescentes que se encontram em situação de risco e vulnerabilidade social, e tem como objetivo capacitá-los para o mercado de trabalho e para a vida.

Porém, nos dias atuais, é perceptível que um dos objetivos principais dos responsáveis pela instituição é mantê-la funcionando. Atualmente o CEP está recebendo recursos da Procuradoria Regional do Trabalho, da prefeitura de Bayeux - quando vem adolescente da cidade para essa instituição, além de apoio de pessoas que já passaram por lá fazendo pesquisa, - estas pessoas percebendo a necessidade que a instituição tem em se manter funcionando acabam fazendo doações de todo tipo, do apoio social oferecido pela Usina Monte Alegre, que se encontra na mesma região da instituição oferecendo cursos

profissionalizantes, estágios, combustível para o transporte da instituição e algumas cestas básicas doadas pelos funcionários da usina, e de recursos próprios vindos das vendas dos produtos produzidos lá dentro como venda de CD's confeccionados através de uma parceria com a UFPB, por meio das aulas de músicas frequentadas pelos internos, vendas de produtos cultivados na horta, bens confeccionados pela marcenaria, etc.

2.3. O perfil da instituição hoje

O CEP, hoje, atende crianças e adolescentes do sexo masculino com idades que variam. Em média uns 48 meninos são atendidos, atualmente. Estes estão entre os 05 e até ultrapassando a maioridade. A quantidade de adolescentes atendidos no CEP é muito variável. Teve período em que o CEP chegou a atender 36 meninos incluindo as crianças, e teve períodos em que a instituição atendeu 17, 20, 22 adolescentes. A capacidade real da instituição atualmente seria para 48 adolescentes, mas de acordo com a Direção não está sendo possível comportar os 48, porque uma das casas está inutilizada, pois o CEP enfrenta um problema de falta de iluminação em uma das três casas, por isso está desativada.

Esses adolescentes são provenientes não só de cidades vizinhas a Mamanguape, mas de outras cidades mais distantes, como Mari, Santa Rita e cidades de outros Estados como do Rio Grande do Norte e Minas Gerais, desde que esses adolescentes estejam precisando ou que sejam encaminhados pela Vara da infância e Juventude da Comarca de Mamanguape, o CEP os recebe e atende. Porém, conforme o regimento interno só serão admitidas crianças abaixo dos 12 anos e adolescente de outras comarcas em casos extremos.

O procedimento utilizado no encaminhamento das crianças e adolescente se dá da seguinte maneira: o Juiz encaminha para Pindobal depois de avaliar a situação de cada adolescente - quando os familiares ou conselho tutelar procuram uma solução para aqueles que se encontram em situação de risco - levando em conta, se os mesmos foram autores de algum ato infracional grave ou moderado, pois caso sejam, eles serão encaminhados para o CEA em João Pessoa.

De acordo com a direção eles tentam atender todos e quaisquer adolescentes que estejam precisando, inclusive aqueles que vêm de outros Estados, fugidos, e depois de procurar um lugar para se abrigar são encaminhados pelo Juiz (a) de Mamanguape ao CEP.

Assim, os adolescentes que estão no CEP não passam por uma seleção, pois de acordo com o diretor quando se seleciona se faz uma exclusão; eles ficam lá simplesmente por estarem necessitando. Mas, toda criança e adolescente para ser acolhido em qualquer

município do Brasil tem que estar munido de um mandado judicial, ou seja, tem que ser autorizado pelo juiz da comarca.

No CEP existe a problemática de atender criança, ou não, junto com adolescente. Nesse ponto há uma controvérsia no que se refere ao Estatuto da Criança e do Adolescente. Para o diretor um dos motivos de o CEP atender criança é por causa do próprio ECA, pois hoje não se pode separar irmãos, por exemplo, então se tiver uma criança e um adolescente o diretor prefere atender os dois, ao invés de separá-los. Mas, o ECA também preconiza que crianças não podem ser direcionadas a esse tipo de instituição.

Em outubro de 2014 encontravam-se no CEP 19 meninos, dentre estes existiam 3 crianças com 11 anos de idade. Como já foi dito, o atendimento no CEP é dinâmico e dessa forma nunca vai haver um número exato, ainda mais neste momento em que a instituição passa por uma crise financeira que acompanha a realidade nacional.

Mas, nem sempre foi assim, pelo que pude perceber. Houve um período de prosperidade no CEP, quando os diretores estavam próximos dos Juízes e Promotores da cidade de Mamanguape, com a mudança de pessoal do quadro jurídico local, houve uma maior limitação na atenção dada ao CEP.

Da Estrutura aos funcionários

O Centro de Educação Produtiva dispõe de uma boa infraestrutura, parte dela construída pela FUNDAC, como os dormitórios, ainda mantidos da mesma forma quando eram atendidos adolescentes autores de ato infracional, com enormes portões de ferro e pequenas janelas quase na altura do teto para dificultar a fuga daqueles que pretendesse fugir. Neste espaço a ventilação é pouca e está precisando de uma manutenção nos armários e banheiros. A instituição dispõe também de um enorme refeitório, secretaria, sala de marcenaria; onde falta parte dos maquinários, sala de leitura, sala de vídeo, sala de música, posto de saúde e uma Capela (Sagrado Coração de Jesus) ambos frequentados por toda comunidade local. Possui ainda uma grande área ao ar livre com jardins, fruteiras, um campo de futebol, uma horta e uma quadra de poliesportiva - muito utilizada pelos meninos na hora do lazer, juntamente com a sala vídeo.



Fotografia 9: Área de lazer e quadra poliesportiva. Foto: Viviane Martins, Nov. 2016.

O quadro de funcionários no CEP é bem diversificado. Foi possível identificar aqueles que estão mais frequentes na instituição como: o profissional agrícola, o educador – monitor, a secretária, o porteiro, o marceneiro, a cozinheira, o professor de informática, o diretor e o vice-diretor.

Os horários dos funcionários são distribuídos em rodízio de acordo com os turnos e dias da semana, eles são mantidos na instituição pela FUNDAC, pela prefeitura de Mamanguape e pela ONG. Apesar de atuarem em suas áreas específicas todos eles acabam exercendo outros papéis dentro do CEP, o de amigo, tio, dentre outros. Os monitores são os que estão com mais frequência com os internos, eles monitoram todos os horários, com a colaboração dos outros profissionais que por vontade própria acabam exercendo também esta função.

As medidas socioeducativas aplicadas no CEP

A instituição trabalha com algumas medidas educativas na tentativa de tocar a criança e o adolescente para que não volte a cometer nenhum ato incorreto, dos quais muitos estavam acostumados a cometer como: uso de drogas, roubos e outros.

Além da prática pedagógica a instituição promove ações no sentido de conscientizar esses meninos, reeducando-os para que possam viver em sociedade sem ter problemas. Tais atividades de socialização são fundamentais para a reeducação, preparando-os para superar os desafios e se adequar ao mercado de trabalho. Nesse sentido, são ofertados cursos profissionalizantes como: marcenaria, informática, pedreiro, computação; são realizadas campanhas contra o uso de drogas; oficinas de músicas, oficina de artesanato e etc. além das práticas esportivas. Pelo que pude perceber, os meninos estão sempre fazendo alguma atividade. Nos horários opostos a escola regular, são oferecidas essas atividades sócio educativas, criando condições que favoreçam uma melhor inserção deles, no mercado de trabalho e na vida.

3. OS PRINCIPAIS ATORES: “OS INTERNOS”

Os adolescentes internos no CEP são provenientes de uma situação de risco e/ou vulnerabilidade social, parte deles pertence a famílias desestruturadas com baixo nível de renda familiar e, em muitos casos, de envolvimento com uso de drogas. Para uns, as instituições lhes dão abrigo, para outros, as ruas passam a ser o seu novo lar.

Como já mencionado, o CEP atua como uma ONG, criada para atender adolescentes na faixa etária dos 12 anos completo aos 17 anos, 11 meses e 29 dias, em situação de risco social e familiar da comarca de Mamanguape. Hoje, os internos são crianças e adolescentes com faixa etária indeterminada, variando dos 5 anos de idade e ultrapassando a adolescência. Mas, de modo geral a predominância é de adolescentes como mostra os gráficos 2 e 3 na página 44 e 45.

Os dados quantitativos que serão apresentados a seguir é o resultado de um levantamento realizado a partir de registros acessados no período de 2010 a 2016. Nesse intervalo temporal foram lidas e analisadas 88 fichas redigidas a mão pelo (a) funcionário (a) responsável por tal função no CEP. Os dados encontrados nessas fichas, percebe-se que ali se encontram tanto crianças como adolescentes. Em 19% das fichas não consegui coletar os dados pessoais, ou porque estes não foram preenchidos ou porque não consegui identificar a escrita. Não foi possível, também, identificar os fatores que encaminharam cada indivíduo para este espaço, o quantitativo dos que deixaram a instituição e fator racial. Obtive, porém, os dados referentes a idade, escolaridade, cidade de origem e retorno dos internos a instituição. Para apresentar tais informações, distribuí em quatro gráficos os índices encontrados em cada uma das variáveis supracitadas.

Apesar da instituição pertencer a região da cidade de Mamanguape e ter sido reativada para atender adolescentes desta área, foram encontrados dados que apontam uma maior frequência de meninos provenientes das cidades de João Pessoa e Bayeux, como mostra a tabela abaixo. Mamanguape ocupa o terceiro lugar na frequência e Pindobal o último.

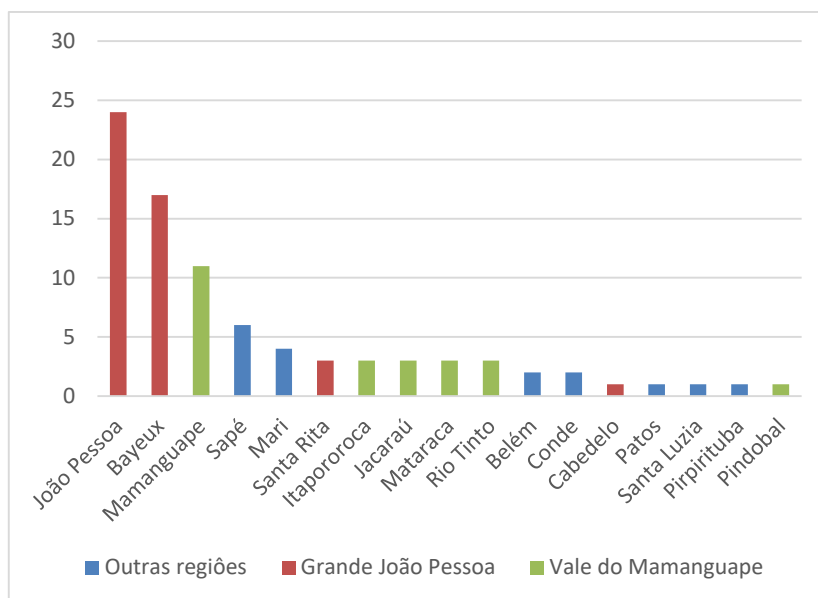


Gráfico 1: Cidades de origem dos internos

Pelos dados apresentados, encontramos a presença de 17 meninos encaminhados da cidade de Bayeux, 24 encaminhados de João Pessoa, 3 encaminhados de Santa Rita e 1 encaminhado de Cabedelo, totalizando 45 meninos. Já do vale do Mamanguape encontramos meninos das cidades de Mamanguape, Itapororoca, Jacaraú, Rio Tinto e Pindobal, somando um total de 24. Das demais cidades aparecem 17 meninos.

Assim, a grande maioria dos meninos que se encontravam no CEP durante a realização dessa pesquisa era oriunda da região da grande João pessoa. O que é curioso, pois a instituição no seu projeto original, como já mencionado, foi criada para atender adolescentes da área do vale do Mamanguape onde ela se localiza, e hoje atende meninos encaminhados de outras regiões, vindos até do sertão da Paraíba.

A explicação para isso talvez possa estar no fato destas cidades apresentarem um maior índice de crianças e adolescentes vulneráveis a riscos frequentes, por se tratar de uma região de metrópole contendo uma população maior, onde podem ser bastante encontrados os indicadores dos fatores de risco e vulnerabilidade.

Estudos divulgados em 2013 apontavam que na Paraíba existiam 19 unidades que ofereciam serviços de acolhimento. Em 2012 o Estado contava com quatro casas-lares, em 2013 passou a ter seis, mesmo assim 80% dos municípios ainda não dispõe de abrigos para crianças e adolescentes nesta situação conforme Jornal da Paraíba (2013).

3.1. O perfil dos adolescentes atendidos

Desde o momento da minha primeira visita ao CEP, encontro relatos da existência e passagem de crianças na instituição. No início encontrei meninos na faixa etária dos 11 aos 17 anos de idade, depois de ter acesso aos registros percebi que existiram crianças com menos idade, a partir dos cinco anos, e meninos que ultrapassavam os 18 anos e continuavam morando na instituição. Esses dados se confirmaram a partir dos relatos dos internos, quando no decorrer da pesquisa começaram a falar suas idades nos depoimentos sobre suas histórias de vida.

Pelos gráficos que seguem, percebemos que 24% (equivale a 21 crianças) dos meninos que encontramos no CEP, durante a realização da pesquisa, eram crianças; e, 57% (equivale a 49 adolescentes) eram adolescentes. Os 19% restante (18 indivíduos) não tinham a data de nascimento registrados na ficha de acompanhamento do CEP. Vale resaltar que esse resultado apresenta a média de idade apresentada nos registros encontrados no CEP.

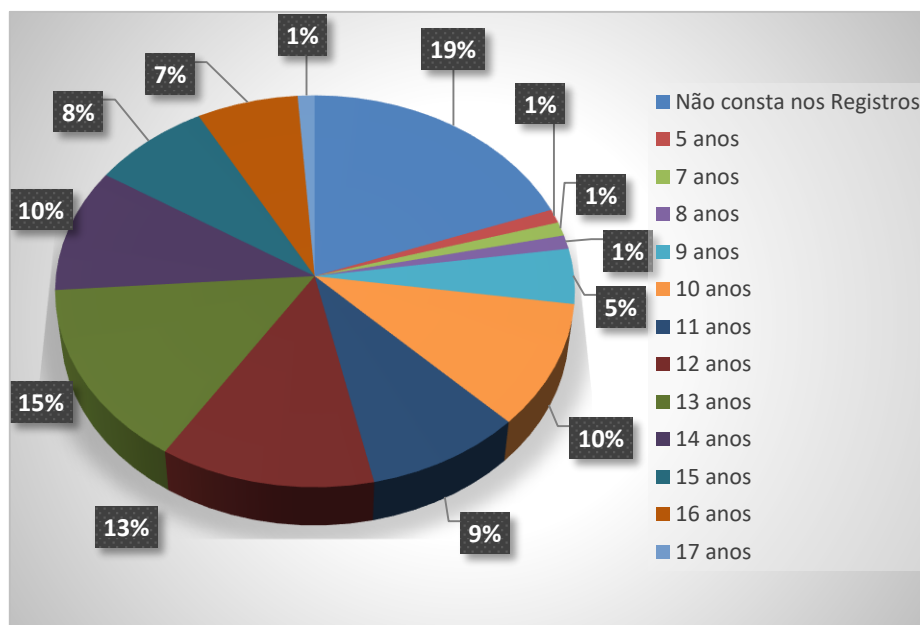


Gráfico 2: Média de Idade

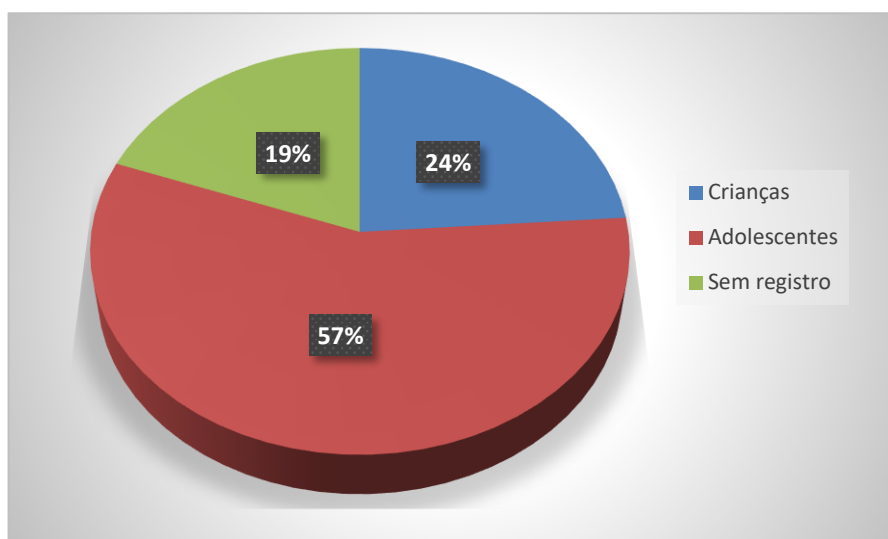


Gráfico 3: Idade

Os critérios que fazem esses jovens estarem na instituição, normalmente, são: “ser órfão, abandonado, viver nas ruas, ter passado três a quatro vezes nos Conselhos Tutelares desde que se comprove que a família não tenha qualquer estrutura para manter os filhos em casa” (CLICKPB, 2008), caracterizando o estado de situação de risco. A maioria dos adolescentes encaminhados à instituição são usuários de drogas, encontramos também adolescentes que cometeram pequenos atos infracionais, como furtos, bem como aqueles que são órfãos e/ou perambulam pelas ruas.

Ao atingir esses critérios, os meninos passam por uma triagem feita pelo Juiz (a) da Comarca de Mamanguape e, caso seja necessário, são encaminhados ao Centro de Educação Produtiva - Pindobal, para ficarem abrigados até que a sua situação seja resolvida.

A situação de internação de cada menino tem que ser percebida de modo geral, a que se destaca com mais frequência por conta da dinâmica do rodízio. O tempo que eles estão lá é muito variado. Tem meninos que passam 2 anos, 3 anos, 5 anos, outros passam um mês, dois meses. O tempo de estadia vai depender da necessidade de cada criança ou adolescente. Teve menino de que passou só uns 15 dias ou menos e voltou para a família, outros permanecem “morando” no CEP por muitos anos.

Como podemos observar no gráfico abaixo, não são muitos os meninos que retornam ao CEP. Nos dados que analisamos apenas 24% retornaram a instituição e somente 1% retornaram três vezes.

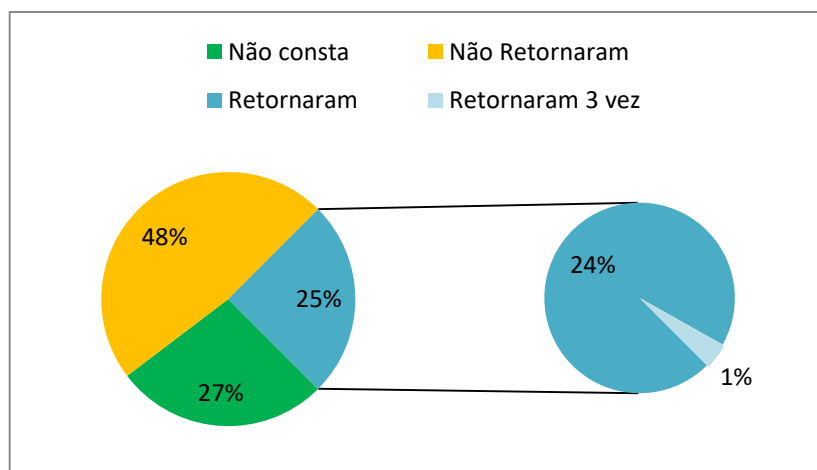


Gráfico 4: Retorno a instituição

RETORNO A INSTITUIÇÃO		QUANTIDADE	
Não Consta		25	
Não Retornaram		44	
Retornaram	23	1 vez	22
		3 vezes	1

Tabela 1: Retorno a instituição

A forma de acolhimento das crianças e adolescentes no CEP acontece em caráter temporário ou em caráter permanente. Em caráter temporário ou provisório são aqueles que necessitem de alguns dias excluídos do meio de risco em que se encontra, e em caráter permanente ou definitivo acontece quando a criança ou o adolescente permanece na instituição, sendo matriculado na escola e recebendo os cursos profissionalizantes e educativos fornecidos pela instituição. O tempo estipulado é determinado pelo juizado da infância e juventude ou pela promotoria da infância e juventude, por decisão judicial esse tempo pode ser prorrogado, levando em conta o parecer encaminhado pela equipe de profissionais do CEP.

Depois de entrar no CEP a criança e o adolescente só retornará para o meio familiar, após ser “desligado” da instituição, mas isso só será possível depois de receber o parecer psicossocial ou quando os mesmos atingirem a maioridade. Outra forma deles serem desligados é através do cometimento de alguma falta considerada grave, neste caso podendo ser encaminhados a outras instituições, por decisão judicial.

3.2. O dia a dia dos adolescentes dentro da instituição:

Os adolescentes demonstraram levar a vida tranquilamente dentro da instituição. Eles passam o tempo brincando ou assistindo TV, quando não estão cumprindo com suas atividades diárias. As tarefas a serem cumpridas são: ir à escola, participar dos cursos ou estágios oferecidos a eles, fazer a limpeza dos quartos, cumprir o horário das refeições, etc. No seu tempo livre, eles circulam livremente por todo o espaço delimitado, passam o tempo praticando jogos populares (bolas de gude, dominó, pião, dentre outros), e quando questionados sobre seu passa tempo preferido, eles respondem: jogar bola, jogar vídeo game na sala de vídeo e passear pelo açude.



Fotografia 10: Adolescentes em momento de lazer. Foto: Viviane Martins, Nov. 2014.

No início da minha pesquisa, os adolescentes estavam participando de um curso profissionalizante de ajustador mecânico e soldador, ministrado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI e oferecido pela Usina de açúcar Monte Alegre, bem como, estavam participando também de cursos internos, oferecidos pela própria instituição, como: marcenaria, informática, música e atividade do campo (horticultura). Vale ressaltar que todos esses cursos também são oferecidos para a comunidade local de motadores, inclusive para meninas.

Nem todas as atividades, são realizadas na instituição, parte delas são realizadas em outros locais, como os cursos profissionalizantes, que acontecem em João Pessoa. Apenas quando os cursos são internos é que eles são realizados nos espaços que o CEP dispõe, como no laboratório de informática, na sala de marcenaria, na sala de artesanato e na sala de música.

A rotina diária dos meninos que vivem no CEP vem acompanhada de regras e de disciplinas. O dia para eles começa às 05h30m da manhã. Eles acordam, tomam banho, tomam o café da manhã e quem estuda de manhã vai para escola. As escolas não são dentro da instituição, uma fica próxima a instituição e a outra na cidade de Mamanguape. Os que estudam a tarde se responsabilizam pela organização dos quartos, atividades na horta e limpeza do pátio; ao chegarem da escola, os meninos tomam banho e almoçam, por volta das 12 horas. Em uma dessas ocasiões, na hora do almoço, fui convidada a almoçar na instituição, logo após tive a oportunidade de conhecer a cozinha. Observei o cardápio do dia e comparei com uma tabela fixa na parede, e percebi que a refeição estava sendo servida com alterações. Isso ocorre por causa dos problemas financeiros que o CEP enfrenta constantemente.

Depois do almoço tem um momento do descanso, até uma hora da tarde. Em seguida, os meninos fazem reforço e tem o horário do lazer, quando podem ir ao açude, por exemplo. Às três horas o lanche é servido, e às 17h30m todos se preparam para tomar banho, pois em seguida as dezoito horas é servido o jantar. O passa tempo durante a noite é assistir DVD na sala de vídeo. O horário do lanche noturno, ou ceia, acontece por volta das 20h30m, e as 21 horas todos os meninos devem se recolher para dormir. Mas, segundo os adolescentes, eles acabam burlando essa regra e ficam até tarde acordados, assistindo TV, alguns “fogem” para ir à casa da “namorada”, lá mesmo na comunidade. Nos finais de semana tem um tempo a mais para ficar dormindo, e os meninos ficam mais livres para fazer ou receber visitas.

Segundo os adolescentes as regras são muito importantes e eles afirmam gostar delas, embora eu tenha percebido que eles sempre encontram maneiras de burlá-las, mesmo sabendo das punições que recebem toda vez que uma regra é quebrada. Eles têm como punição: arrancar mato, cuidar da horta, aguar as plantas, ser privado de passear. Outros tipos de advertências são aplicados para os mais desobedientes como: admoestação verbal e punição corporal de acordo com os relatos de um adolescente e a resposta do monitor: (adolescente) “a maioria aqui obedece, vai lá fazer! Ele faz, mas a maioria de vez em quando quer enfrentar o monitor [...] aí dar uns “peteleco”. Ele vai com raiva, quer fugir [...]”.

(monitor) de vez em quando da parte da gente vai na conversa sabe? [...] raramente a gente da um puxão de orelha [...]”.



Fotografia 11: Atividade na horta. Foto: Viviane Martins, jan 2014.

Há de destacar outro item aplicado, mas só acontece quando alguém está conhecendo ou visitando a instituição, é o item de conduta ou comportamento de boas maneiras. Quando eu visitei o CEP pela primeira vez, como eles ficam muito à vontade como se estivessem em casa, a direção pediu para vestirem as camisas. Segundo Goffman “uma instituição total assemelha-se a uma escola de boas maneiras, mas pouco refinada” (1974, p. 44).

Com relação aos estudos, quando eu perguntei aos meninos quem estudava ficou um silêncio no ar, uns falaram as séries em que estava e outros mostraram interesse em aprender a ler, mas alguns contaram relatos de quando viviam nas ruas e não estudavam. Quando tive acesso as suas fichas, os dados apontaram uma grande defasagem em relação ao nível escolar desses meninos. Em mais da metade das fichas não constava a escolaridade dos meninos, muitos deles nunca haviam frequentado a escola.

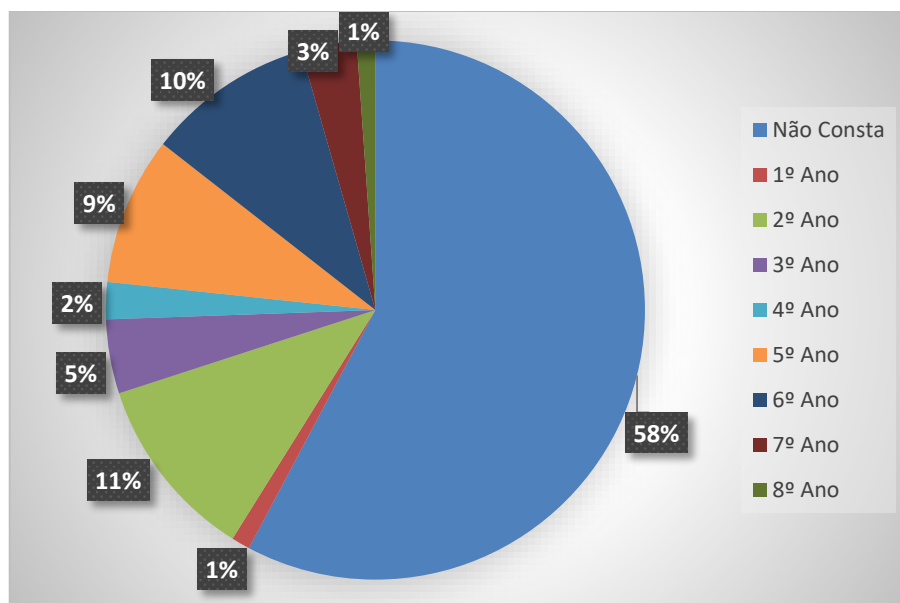


Gráfico 5: Escolaridade dos internos

ESCOLARIDADE	QUANTIDADE
Não consta	52
1º Ano	1
2º Ano	9
3º Ano	4
4º Ano	2
5º Ano	8
6º Ano	8
7º Ano	3
8º Ano	1

Tabela 2: Escolaridade

Mesmo sabendo da importância do estudo para “ser alguém na vida”, os dados explicitados da tabela, não são positivos, mostrando o distanciamento que muitos têm com o ambiente escolar.

Como vimos a vivência no CEP não é tão tranquila como aparenta. Os meninos têm tarefas e horários a cumprir, mediante a punição para aqueles que não queiram aceitar, da forma como manda os dirigentes, e muitas vezes as regras são quebradas desafiando toda disciplina interna.

O vínculo familiar

A maioria dos adolescentes que vivem no CEP mantém vínculos com as suas famílias e quando se comportam são liberados para visitar seus familiares ou passar as férias. Dependendo do contexto familiar e do adolescente, ele terá a permissão de fazer visitas à família nos finais de semana e nos feriados, cumprindo sempre o horário de chegada à instituição, estipulada as 07h00min, nas segundas feiras para não ficar de fora das atividades diárias. Aqueles que têm a família morando longe, as visitas são feita uma vez por mês, por motivos financeiros.

A visita aos adolescentes na instituição é feita raramente, por causa do difícil acesso a área que é localizada na zona rural de Mamanguape, como já mencionamos. Por querer manter a família próxima dos internos, a direção do CEP permite aos parentes visita-los a qualquer momento. Mesmo havendo um horário fixo que seria as quartas feiras e aos domingos, às 08h30min e as 15h30min, os parentes são liberados para entrar no CEP a qualquer hora do dia, devendo apenas seguir as normas determinada pela instituição. Estas normas determinam a proibição da entrada de produtos que venham oferecer alguns danos aos internos como produtos ilícitos; substancias que causem dependência física e psíquica, proibição de objetos cortantes e da circulação em outras dependências da casa. Só será permitida a circulação dos pais ou responsáveis no pátio interno, a circulação em outras dependências será realizada apenas com autorização da direção.

Já a visita feita pelo adolescente a família acontece mediante a autorização da direção e seguindo os critérios determinados pelo setor psicossocial. Os adolescentes podem comparecer nas residências dos familiares em dois finais de semana por mês ou quando cumprirem com as suas responsabilidades, impostas pelo CEP. Ao descumprirem as regras, os meninos são submetidos à aplicação de medidas corretivas, como já mencionamos, como: limitação das atividades de lazer, restrição à visita familiar e a mais grave, ser desligado da instituição⁷.

Segundo Goffman “em muitas instituições totais, inicialmente se proíbem as visitas vindas de fora e as saídas do estabelecimento” (1974, p. 24), mas este não é o caso do CEP. Nesta instituição é possível entrar e sair desde que o menino “mereça”. Esses controles acontecem através da vigilância do monitor e dos outros funcionários, como já foi citado, e

⁷Significado de desligado – termo utilizado quando o tempo de permanência do interno já se excedeu na instituição.

tais “regalias” são oferecidas a partir do bom comportamento dos internos. Para isso a equipe de funcionários deve ficar sempre atenta, mantendo o controle disciplinar.

Dentre os adolescentes entrevistados, foi identificada a necessidade de um apoio por parte da família. Percebemos que manter a aproximação entre família e interno aumenta os laços afetivos melhorando a autoestima do interno, contribuindo para ele não se sinta abandonado ou excluído por estar na instituição.

3.3. Das relações sociais construídas na instituição

As relações sociais construídas pelos meninos que se encontram no CEP são estabelecidas de acordo com o tempo de cada um na instituição. Quanto mais tempo ele passa na instituição, mais intenso ficam os laços sociais construídos.

Os internos que não conseguem manter os laços afetivos com os seus familiares, quando estão fragilizados por alguns motivos, são compensados pelas novas amizades construídas principalmente com os funcionários. O discurso da cozinheira “denuncia” o tipo de relação que eles mantêm, quando expõe que trata eles como filhos, leva para dormir na sua casa, e as famílias aceitam, sem nenhum problema. Para a cozinheira, eles são meninos muito bons. Os meninos retribuem o afeto a chamando de tia.

Os laços de amizade construídos fazem muitos meninos continuarem visitando o CEP, mesmo depois de seu desligamento. No último dia da minha visita a instituição pude encontrar um desses ex-internos. Segundo ele, a disciplina e as medidas socioeducativas aplicadas no CEP, serviram para ele não reincidir. Em sua fala, ele demonstrou estar muito satisfeito com toda disciplina recebida. Ele tinha acabado de construir família e estava trabalhando.

Por outro lado, existem aqueles desligados que continuam frequentando a instituição só para bater e mandar nos demais, tendo em vista que, no CEP, os meninos mais antigos tomam o controle representando um papel de durão e mandão. De acordo com um interno: “se ele falar todo mundo baixa a cabeça pra ele”. Tal fala demonstra que nessa instituição também existem relações hostis.

Outro fato importante é que existe rivalidade entre as casas dos mais velhos e a casa dos mais novos, cada casa tem um líder. Percebe-se entre esses personagens uma vivência muito harmoniosa, mas nas entrelinhas acaba vindo à tona as situações hostis, muitas vezes percebida por um olhar ameaçador, falas interrompidas e corrigidas. Parece haver uma lacuna nos assuntos referentes as relações construídas, como podemos ver na fala que segue:

“de vez em quando né? Que a gente não somo perfeito né? De vez em quando a gente tem as nossas desavenças né? Mas a gente se conserta”. Quando perguntei quais os motivos das desavenças responderam que eram coisas simples como: pegar um celular escondido, brigar por causa de jogo.

Fora esse contexto descrito acima, percebe-se também a existência de relações harmoniosas e hostis com as pessoas da comunidade que frequentam o CEP. Segundo os meninos quando tem evento religioso na capela, os meninos que participam da aula de música são convidados para tocar, mas no dia-dia as pessoas olham com desconfiança e desprezo para eles: “tem muita gente aqui mesmo da comunidade que [...] assim, se a gente for ta indo todo dia, tá entendendo? Por isso, que muitos de nós aqui, nós não dar nem vontade”. Os adolescentes que tentam participar das missas realizadas na capela, o preconceito de pessoas da comunidade, faz eles se distanciarem da sua relação com a espiritualidade para aqueles que consideram a religião muito importante na sua vida. Vejamos o que um adolescente fala quando liga para família e tem preocupação para com o pai que foi preso por assalto a mão armada: “[...] eu ligo pra minha irmã, aí as vezes minha irmã ta perto dele aí eu digo pai, Deus tem um plano na tua vida. Deus te ama visse?” Mesmo se sentindo sem valor no espaço onde muitos chamam de “a casa de Deus” é lá onde os adolescentes que acreditam na fé, buscam ajuda para resolver seus problemas.

No CEP são frequentes as punições, como foi falado pelos próprios internos, o papel durão dos dirigentes, mas em toda fala dos meninos, foi unanime a declaração de que eles se relacionam muito bem com os funcionários, agindo como uma grande família. Até aqueles que ouviram notícias negativas sobre o CEP, antes de entrarem na instituição, acabam mudando de opinião, vejamos:

“realmente, quando eu cheguei aqui, eu achei estranho! Porque lá né? Fora o povo falava que só daqui! Disse, lá é ruim num vai pra lá não. É melhor ficar na tua casa [...] eu fiquei com medo. Quando eu cheguei aqui, eu vi um moi de gente. Disse, rapai! Vi que o caldo ia engrossar, mas depois que eu passei uns tempo, aí eu gostei que só né?”

A população local que não enxerga os internos com preconceito frequenta a instituição, sem ter nenhum problema, tendo um relacionamento amistoso, eles se divertem juntos, sem preconceito de ambos os lados. Essa aproximação possibilita que os meninos que vivem no CEP demonstrem sua personalidade principalmente para as meninas que também

frequentam o local para se divertir jogando bola, uma das brincadeiras preferidas, gerando namorinhos de adolescentes.

3.4. Breves relatos de memórias de antigos internos do CEP

Detenho-me aqui a falar de memórias, pois foram através delas que foi possível obter a maioria das informações para este trabalho de conclusão de curso. Outro motivo que trouxe esse tópico à tona foi a percepção que de parte das histórias de vida de muitos antigos internos do CEP foram positivas, ao completar o tempo de internação. Assim, percebi que mesmo levando em suas lembranças momentos tristes, os meninos que passaram pelo CEP tiveram aprendizados de vida que contribuíram para que eles se tornassem o que são hoje.

Aqui, tomei como base os depoimentos de dois antigos internos, que hoje ocupam a diretoria da instituição, de antes da época da antiga FEBEMAA. A escolha se deu pelo fato de hoje eles serem os responsáveis pela continuidade da instituição, reproduzindo o que aprenderam quando eram internos.

Suas histórias são faladas com orgulho principalmente no quesito trabalho. Um deles diz ter chegado ao que é hoje, ajudando e se esforçando nas atividades internas. Segundo o seu relato, ele passou quase toda a sua vida no CEP; chegou ainda criança e se encontra até hoje na instituição, trabalhando; formou família e mora nas redondezas. Seu filho também trabalha no CEP, como monitor. Ele faz comparação da diferença dos interesses e lições que recebia antigamente, e diz que os meninos de hoje não gostam de estudar. Segundo ele, seu interesse rendeu várias experiências com: mecânica, eletricidade, bombeiro hidráulico, soldador, motorista e etc. Em sua opinião, a culpa dos jovens de hoje não darem importância a nada acontece pelo fato de que qualquer punição mais severa, o poder público e os direitos humanos agem defendendo as crianças e os adolescentes, então eles se acham no direito de fazer o que querem. Neste momento o papel de doutrinar os jovens é jogado para as instituições e escolas por causa que a família não o faz.

Segundo ele, no seu tempo de interno, a instituição atendia aproximadamente uns “240 meninos”, eles davam menos trabalho do que dão os de hoje. Outra diferença apontada por ele, comparando com a instituição atual, era de que as professoras de sua época dormiam na instituição, o que facilitava, pois elas conheciam melhor os internos e sabiam lidar melhor com eles. Ele ressalta ainda que existiam também aqueles internos maiores querendo controlar os menores, como é praticado hoje, como já foi citado no tópico anterior.

A partir do que foi explicitado, percebe-se que pouca coisa mudou, parece que as punições e as regras se tornaram mais brandas, e segundo esse ex interno, que hoje ocupa o cargo de vice-diretor da instituição, esses são os motivos dos jovens estarem tomando rumos errados em suas vidas.

Na mesma linha de pensamento, o atual diretor do CEP, que também foi um dos internos, relata que foi na instituição que ele aprendeu a ser o que é hoje, através da disciplina e do respeito. Ele afirma que para lidar com os internos tem que impor limites e disciplina. Formado em agronomia, ele demonstra ter orgulho quando fala da antiga instituição e dos bons resultados obtidos.

O diretor e o vice usam esses resultados realizando encontros de ex-internos que conseguiram vencer na vida para dar exemplo aos internos atuais. Nesses encontros reúnem-se no mesmo local, profissionais das mais diversas áreas.

O tempo de rigidez e punições severas, parece não trazer marcas negativas para os dois, apenas a insatisfação de não poderem fazer o mesmo pelos jovens de hoje, pois são impedidos pela lei vigente. Parece que a rigorosidade da época, trouxe benefícios para ambos, como deixam transparecer.

CONCLUSÃO

A presente pesquisa realizada no CEP possibilitou trazer à tona questões ainda desconhecidas para muitas pessoas. Questões pertinentes a crianças e adolescente internos em instituições de acolhimento. Analisando os principais problemas que esse público enfrenta, a pesquisa constatou que negligência, envolvimento com drogas, conflitos familiares, dentre outros fatores de risco afastam os jovens do convívio familiar. Quanto a vivência na instituição, foi verificado que é preciso criar soluções que não façam as crianças e os adolescentes reincidirem, pois não sabemos o que acontece quando esses meninos são desligados, já que nem sempre as medidas aplicadas alcançam o fim desejado.

É importante trabalhar para desconstruir a ideia de medo que ainda permanece, no que diz respeito a história da instituição. Há necessidade de inovar as medidas aplicadas, transformando o CEP em um ambiente promissor, pois os moldes de coerção ainda existem, fazendo algumas pessoas enxergarem essa instituição como algo aterrorizador.

Essa pesquisa me fez perceber que os internos carregam consigo um estigma que pode atrapalhar a sua reinserção, principalmente se eles não tiverem o apoio da família e da sociedade, o desprezo pode ser o caminho para esses cidadãos se envolverem na marginalidade, impedindo-os de colocar em prática tudo o que aprenderam na instituição. Aqueles que continuam morando na instituição, mesmo depois de serem desligados, ganham a oportunidade de ter um lar, quando não tem o apoio da família. O CEP é representado para eles como um local de morada, um novo lar onde são amparados por desconhecidos que depois de um tempo se tornam suas famílias. Muitos acabam acreditando que a internação vai fazer deles pessoas melhores, aptas ao mercado de trabalho e a vida.

Quanto ao perfil das crianças e dos adolescentes que encontrei no CEP, pude verificar que, em sua maioria, essas crianças são oriundas de famílias pobres, e a maioria são provenientes da cidade de João pessoa, e em relação ao nível escolar há uma grande defasagem.

A história não cessou do CEP, ainda tem muito que contar, ficaram no ar muitas lacunas entre o que se vê e o que é contado, que precisam ser desvendadas. A resposta dada pelos nossos governantes e sociedade ainda não é favorável, os caminhos percorridos por crianças e adolescentes no nosso país continuam desiguais, escassez para uns e abundância para outros.

A temática das instituições e interações deve ser estudada por um maior número de pesquisadores para tentar desvendar o que ainda não foi possível perceber. Este é um tema importante que deve ser discutido amplamente. Desse modo, a pesquisa pode contribuir também, para chamar a atenção da sociedade que se omite a enxergar e desconhece o que acontece em espaços institucionais como o CEP.

REFERÊNCIAS

1ª VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE DO DISTRITO FEDERAL. **Coleção conhecendo a 1ª vara da juventude do DF**. Programa Juventude. Brasília: Sugra, [s.d.]. (situação de risco).

AMORIM, Tâmara Ramalho de Sousa. **A criminalização da juventude pobre na Paraíba: reflexões a cerca das mudanças e permanências**. 2013. 178f. Trabalho de conclusão de pós-graduação (Mestrado) – Curso de Psicologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Paraíba, 2013.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Jorge Zarrar, 2005.

BERNARDO, Teresinha. **Memória em branco e negro: olhares sobre São Paulo**. São Paulo: UNESP, 1998.

BORBA, Angela Meyer. **Infância e cultura nos tempos contemporâneos: um contexto de múltiplas relações**. Revista Teias, Rio de Janeiro: v.6, n.10-11, 2005. Disponível em: <<http://www.periodicos.proped.pro.br/index.php?jornal=revistateias&page=article&op=viewFile&path%5B%5D=157&path%5B%5D=154>>. Acessado em: 19 mar. 2012.

BRASIL. Lei nº. 8.069, de 13 de Junho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Ministério da Educação, 2005.

BRASILIA. **Orientações técnicas sobre o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para Crianças e adolescentes de 6 a 15 anos**: Prioridade Para Crianças e adolescentes integrantes do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. Brasília, 2010.

BRASILIA. **Prioridade para crianças e adolescentes integrantes do programa de erradicação do trabalho infantil orientações técnicas sobre o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos**. Brasília, 2010.

CLICKPB. **MP inaugura Centro de Educação Produtiva em Mamanguape**. 2008. Disponível em: <<http://clickpb.com.br/paraiba/mp-inaugura-centro-de-educacao-produtiva-em-mamanguape-35275.html>>. Acessado em: 10 out. 2014.

COIMBRA, Cecília; NASCIMENTO, Maria Lívia. **Jovens pobres: o mito da periculosidade**. In: FRAGA, Paulo Cesar; IULIANELLI, Jorge Atílio (Orgs). **Jovens e tempo real**. Rio de Janeiro, 2003.

DIÁRIO DA PARAIBA. **Notícias da Unidade Educativa Mamanguape**. Disponível em: <<http://www.diariopb.com.br/wpcontent/uploads/2011/01/unidadeeducativa-mamanguape.jpg>>. Acessado em: 01 dez. 2013.

FONSECA, Franciele Fagundes. et al. **As vulnerabilidades na infância e adolescência e as políticas públicas brasileiras de intervenção**. São Paulo: Revista Paulista Pediatria, v.31, n. 2, jun 2013 Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-05822013000200019&script=sci_arttext>. Acessado em: 04 jul. 2016

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

FRAGA, Paulo Cesar; IULIANELLI, Jorge Atílio (Orgs). **Jovens e tempo real**. Rio de Janeiro, 2003.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: perspectiva S.A., 1974.

INSTITUTO HISTÓRICO GEOGRÁFICO PARAIBANO. **Historiador e Conselheiro Adailton Coelho Costa**. Disponível em: < <http://www.ihgp.net/luizhugo/adailton.html>>. Acessado em: 06 set. 2016.

JORNAL DA PARAIBA. **Crianças em casas lares na Paraíba**. Disponível em:< <http://jeftenews.blogspot.com.br/2013/08/paraiba-249-criancas-em-casas-lares.html> >. Acessado em: 21 mai. 2015.

LEANDRO, Eduardo Luiz Guimarães; GILL, Maria da Penha Caetano de Figueiredo. **O cotidiano de adolescentes internos no Centro de Educação Produtiva em Pindobal**. In: IV Seminário Internacional de direitos humanos. Rio de Janeiro, 2012, (anais), Rede Sírius,[s.d.].

LE BRETON, David. **A sociologia do corpo**. Tradução de Sonia M. S. Fuhrmann. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

LUENGO, Fabiola Colombani. **A vigilância punitiva: A postura dos educadores no processo de patologização e medicalização da infância**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

MAMANGUAPE (PB). **Regimento Interno do Centro de Educação Produtiva - Pindobal**. Governo do Estado da Paraíba; Ministério Público, [s.d.].

MAMANGUAPE TRANSPARENCIA. **Histórico de Mamanguape**. Disponível em: <<http://mamanguapetransparenecia.blogspot.com.br/2012/01/historico-de-mamanguape.html>>. Acessado em: 10 out. 2014.

MENDONÇA, Aldo Silva de. **Luta camponesa e processo identitário em Mamanguape-PB: o caso de Itapeçerica**. 2013. 137f. Trabalho de conclusão de pós-graduação (Mestrado) – Curso de Antropologia, Universidade Federal da Paraíba, Rio Tinto, 2013. Disponível em: <<http://www.cchla.ufpb.br/ppga/wp-content/uploads/2014/04/Aldo-Silva-de-Mendon%C3%A7a.pdf>>. Acessado em: 06 out. 2014.

NEVES, Tiago. **Entre educativo e penitenciário: Etnografia de um centro de internamento de menores delinquentes**. Porto: CIE e Edições Afrontamento, 2008.

PARAIBA NEWS. **Projeto pretende transformar Pindobal em centro de educação produtiva**. Disponível em: <<http://www.paraibanews.com/noticia/paraiba/2007/11/projeto-pretende-transformar-pindobal-em-centro-de-educacao-produtiva.html>>. Acessado em: 10 out. 2014.

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. **A era das escolas rurais primárias na Paraíba – (1935 a 1960)**. [s.d.]. Disponível em: <http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=3&ved=0CEkQFjAC&url=http%3A%2F%2Fwww.histedbr.fe.unicamp.br%2Facer_histedbr%2Fseminario%2Fseminario%2FEnsino%2520Fundamental%2FEra%2520da%2520escolas....doc&ei=2kNBVOWQCCwUgwTjiIH4Cw&usg=AFQjCNHIEjBRGfLlf18CPs7t9SzCI5eCwQ>. Acessado em: 21 out. 2014.

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. **Foto Antiga do Centro Agrícola – 1933 Pindobal – Paraíba**. 2011. 1 fotografia. Disponível em: < http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-595671224-foto-antiga-paraiba-pindobal-centro-agricola-1933-_JM. >. Acessado em: 06 out. 2014.

SANTANA, Regiane Maria. **“Adolescente infrator: uma questão jurídica ou uma questão social?”**. 2006. 92f. Trabalho de conclusão de curso (Monografia) – Curso de direito, Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, Santa Catarina, 2006. Disponível em: <<http://siaibib01.univali.br/pdf/Regiane%20Maria%20Santana.pdf>>. Acessado em: 04 julh. 2012.

SILVA, Elisabeth Murilho da. **Trajetórias violentas e origem social dos jovens: o caso da turma do Barão**. In: SILVA, Elisabeth Murilho da; COSTA Márcia Regina da (orgs). Sociabilidade juvenil e cultura urbana. São Paulo: PUC-SP EDUC, 2006.

SILVA, João Batista da. **As principais causas que levam os adolescentes a adquirirem uma identidade marginal**. 2007. 46f. Trabalho de conclusão de curso (Monografia) – Curso de Direito, Faculdade Dinâmica das Cataratas, Foz do Iguaçu, Paraná, 2007. Disponível em: <<http://udc.edu.br/monografia/monodireito02.pdf>>. Acessado em: 18 nov. 2016.

SILVA, Marinês Trajano; SILVA, Janete Trajano. **Educação e profissionalização: um paradigma na formação de jovens em situação de vulnerabilidade pessoal e social**. [s.d.]. Disponível em: < http://www.seeja.com.br/Trabalhos/EducacaoemespacosnaoEscolares/MarinaTrajanodaSilvaeJaneteTrajanodaSilva_EducacaoeProfissiomalizacaoUmParadigmanaFormacaoETC.pdf>. Acessado em: 14 jan. 2014.

SILVÉRIO, Ana Carolina da silva. **As adolescentes em comprimento de medidas socioeducativa de internação do distrito federal: onde fica o “gênero”? (2006-2008)**. 2008. 127f. Trabalho de conclusão de curso (Monografia) – Curso de Serviço Social, Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal, 2008. Disponível em: < http://bdm.bce.unb.br/bitstream/10483/665/4/2008_AnaCarolinaSilverio.pdf>. Acessado em: 16 fev. 2012.

ANEXOS

ANEXO 1 - FICHA PARA COLETA DE DADOS DOS INTERNOS NO CEP

Nº Ficha:		Origem dos dados:	Data de Coleta:
Nome:			Apelido:
Nascimento:	Idade:	Escolaridade:	
Responsável:			
Endereço Externo:			
Endereço Interno:			
“infração”			
Tempo na instituição:			
Nº Entrada:			
Dependência Química:			
Situação dos Pais:			
Breve Histórico Sócio-Familiar:			
Ponto de vista do Adolescente:			
Conclusões e Observações Complementares:			

